MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 5 /2021

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 3 DE SETEMBRO DE 2021

Aos três dias do mês de setembro, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, em regime misto, por videoconferência e presencialmente, no edifício do auditório municipal, pelas 9 horas, sob a presidência do senhor Presidente da Mesa, Carlos Manuel Henriques Cortês da Cunha. Antes de ser dado início à sessão, tomou posse, perante o Presidente da Mesa e a Assembleia, por um dia, o membro Alfredo Cabral, em substituição do membro Paulo Albernaz.

Iniciados os trabalhos pelo Presidente da Mesa da Assembleia, foram entregues na Mesa, da parte do senhor presidente da junta de freguesia de Castelões e do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, uma delegação de competência de representação na pessoa, respetivamente do senhor Adérito Ribeiro e Firmino dos Santos de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, constatou-se a falta dos seguintes membros: Cristiana Ferreira e Isaac Almeida.

Justificou a falta o membro Cristiana Ferreira, que foi considerada justificada.

O membro Isaac Almeida não justificou a falta, pelo que a mesma foi considerada injustificada.

tendo sido considerada justificada.

1-PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de junho

Colocada à apreciação da Assembleia e não tendo havido intervenções, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes na reunião de 28 de junho.

1.2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 30 de julho

Não tendo havido intervenções, a ata foi aprovada por unanimidade pelos presentes na reunião extraordinária de 30 de julho.

1.3. Leitura de expediente

Foram presentes: relatórios de atividades e financeiros enviados pela Câmara Municipal; ofício do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República com pergunta ao Governo sobre o Centro Oncológico e novo Departamento de Saúde Mental CHTV; Ofício da empresa SPMAQ a solicitar isenção de IMI, acompanhado pelo ofício

de envio à Câmara Municipal e resposta ao requerente; email de Paulo Dinis a solicitar resposta à questão colocada na assembleia de 28 de junho, sobre concurso para a erradicação de vespas asiáticas, acompanhado pelo ofício de envio ao senhor presidente da Câmara e resposta ao requerente; jornais: "Voz das Misericórdias"; "Jornal do STAL" e "Associação".

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O senhor Presidente da Mesa informou que lhe foi dado a conhecer, pelo Grupo Parlamentar do PSD e do PS, que neste período antes da ordem do dia, não iria haver intervenções. Contudo, questionou se alguém pretendia tomar da palavra, ao que o membro Abílio dos Santos solicitou intervenção, o que lhe foi autorizado.

O membro Abílio dos Santos:

"Considero um erro lamentável, na medida em que ainda estamos todos em funções dentro deste quadro que estamos a atravessar, ainda não houve eleições, a assembleia ainda funciona, ainda está em pleno exercício para este mandato e, tenho pena, porque efetivamente não é costume, isto tem acontecido várias vezes e têm comunicado. Desta vez ninguém me comunicou, se me permitirem apresentar o que tenho para apresentar noutro período, eu sou totalmente solidário com os meus colegas, porque não quero de modo nenhum ser contra o que os dois outros partidos acordaram. Se não se importarem, se houver espaço para falar, falo num ponto que entenderem, e nesse caso sou solidário e não falo agora."

O senhor Presidente da Mesa explicitou:

"Acabei de saber deste acordo que terá existido entre os dois líderes, há minutos, isso não é impeditivo de que o deputado Abílio faça a sua intervenção. Portanto, esta no direito de o fazer e agradeço que dê início à sua intervenção dentro deste ponto "Antes da ordem do dia".

O membro Abílio dos Santos continuou:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa. Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Membros desta assembleia, comunicação social, público presente.

Após cerca de 39 anos ininterruptos de membro destra assembleia, 35 como deputado pelo Partido Social Democrata e 4 como independente do CDS/PP, cumpre-me na hora da despedida da minha vida politica, agradecer a todos com quem trabalhei, a grande maioria dos quais, infelizmente, já não estão entre nós, o enorme prazer que

tive, em trabalhar com todos eles, independentemente da sua filiação partidária, mas sempres com a superior motivação de procurar servir, da forma que sabia e podia, os superiores interesses do nosso concelho.

Vivi momentos fáceis, momentos difíceis, momentos assim-assim, mas uma coisa consegui alcançar: o não ser alavancado por qualquer tipo de subserviências, nem tão pouco procurar identificar-me com os chamados *Yes-mens* que, infelizmente, cada vez mais proliferam na vida política portuguesa.

Tive o grato prazer de trabalhar com quatro Presidentes de Câmara, e outros tantos presidentes da Mesa da Assembleia.

Da grande maioria deles, guardo gratas recordações.

Com o Dr. Riquito, homem integro e alicerçado nas qualidades próprias de um bom militar que foi, recordo o rigor, a inteligência e a superior facilidade com que criou amizades com as pessoas com quem trabalhava e quem dele dependia dos seus préstimos políticos e não só.

Infelizmente, a força externa de alguns, que gravitavam em determinado setor empresarial e que não gostavam, de forma nenhuma, da forma séria com que ele assumia os seus deveres de Presidente, contribuíram para a sua saída. Foi pena.

Dr. Tenreiro da Cruz, um Presidente com largos conhecimentos do concelho que sabia conviver com todos e que fez um excelente trabalho, sobretudo na zona serrana, até então bastante abandonada. Sendo do mesmo partido, questionava-o com alguma frequência, nas Assembleias Municipais, por discordar democraticamente de algumas das suas intervenções. Mas como bons democratas que eramos, quando acabavam as Assembleias íamos como amigos que sempre fomos e continuamos a ser, para o Restaurante Solar para acabar a discussão, e, porque não, beber o nosso copo. A sua humildade e simplicidade, foram duas das notas mais marcantes da sua passagem pela vida política.

Dr. Carlos Marta, um Presidente exemplar, a quem Tondela e o concelho muito deve. Com ele abriram-se novas fronteiras, novos horizontes e o Tondela de hoje tem inequivocamente muito da sua marca. De natureza simples, como simples são quase todas as pessoas de valor, convivia de forma invulgar com toda a gente, o que fez com que o PSD, atingisse no seu reinado, momentos de verdadeira gloria e os melhores resultados eleitorais de sempre. Nos três mandatos que fiz como Presidente da Junta de Vila Nova da Rainha, tive com ele uma relação privilegiada, podendo dizer com toda a legitimidade e satisfação, que uma Freguesia que em termos estruturais pouco tinha,

passou a ser uma Freguesia de quem os Vila Novenses se orgulhavam. Obrigado Carlos Marta, Vila Nova da Rainha nunca te esquecerá.

Dr. José António de Jesus. Como Presidente de Câmara, os contactos que temos tido são muito reduzidos, mas, tenho também a obrigação de lhe agradecer a preciosa colaboração que prestou enquanto fui Presidente da Junta de Vila Nova da Rainha nos pelouros que dominava.

Quando me refiro a todos os presidentes de Câmara, também refiro-me a todos os vereadores que com eles trabalharam, independentemente da sua filiação partidária.

Numa referencia muito breve aos Presidentes de Assembleia Municipail, com quem tive o prazer de trabalhar, respetivamente – António Gonçalves, José Brás, Joaquim Coimbra e Carlos Cunha, reconheci em todos eles um elevado pendor democrático, num trabalho extremamente difícil e, muitas vezes incompreendido, como é dirigir e coordenar uma Assembleia Municipal.

A todos eles agradeço a forma como sempre me trataram neste longo percurso de deputado à Assembleia Municipal.

Aos deputados aqui presentes e a todos aqueles que comigo, no passado, exerceram funções políticas na Assembleia Municipal, agradeço o companheirismo, a paciência e a amizade que quase sempre nortearam os nossos encontros. Nesta casa, adquiri grandes ensinamentos, novas experiências, e excelentes motivações políticas. Assisti, sobretudo, nos primeiros tempos de democracia, a grandes debates e confrontações políticas, mas, fundamentalmente, o que levo de mais importante, no já longo tempo que levo de membro da Assembleia, é o entendimento que tenho que, fazer parte da vida política não é uma tarefa difícil, desde que se respeitem as regras da democracia, e dentro desta, aquela que eu considero mais elementar – o respeito total daqueles que governam, por aqueles que, não pensando como eles, tem a mesma importância, e o direito de pugnar e lutar pelos interesses da sua terra, pois foi para isso que o povo democraticamente os elegeu. Na vida política não devem existir nunca inimigos políticos, mas sim adversários políticos.

E mais uma vez obrigado a todos, peço desculpa por alguma coisa, somos homens…"

De seguida o membro Rui Santos tomou da palavra:

"Senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da mesa, senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara.

Eu estou aqui apenas para dar uma explicação em relação a esta situação, não sei se a senhora deputada Vera também quer dar.

Nós falámos, não foi para limitar nenhuma intervenção do tipo da que o Sr. Abílio aqui fez, nem para impor a ninguém esta situação. A minha preocupação quando falei com a deputada Vera é muito simples, as alturas de eleições são sempre alturas complicadas e esta provavelmente, por razões diversas, não vale agora aqui estarmos com isso, tem contornos ainda mais complicados, e, aquilo que concordamos e o que eu lhe disse, é que nós não iriamos, e ela depois disse a mesma coisa, fazer intervenções de natureza política aqui hoje neste período antes da ordem do dia. Porque até falámos na hipótese de, porventura, haver deputados que não estejam nas listas para a próxima vez, e quisessem dizer alguma coisa. Portanto, a ideia foi neste sentido, não limitar a intervenção a ninguém. Portanto, só para dar esta explicação, ninguém quis impor nada a ninguém, e foi uma conversa, não foi como das outras vezes em que fizemos um acordo no sentido expresso por razões especificas de não se fazer intervenções. Foi apenas isto, mais nada.

Porque, percebemos perfeitamente que pode haver até outros senhores deputados municipais, que não estejam em listas e queiram dizer alguma coisa às pessoas, como aliás, até quem está, em relação àqueles que não vão estar. Eu pessoalmente, noutras circunstâncias, no fim, se houver tempo poderei também dar a minha opinião e dizer àqueles que não vão estar, que foi importante trabalhar com eles. Já agora, para ficar claro, eu propus ao Sr. Eng.º Cunha, senhor Presidente da Assembleia, que esta Assembleia fosse feita entre 27,28,29 e 30 e não agora. Preocupa-me porque o município não acaba no dia 26, continua e os órgãos municipais tem de ter algumas condições de funcionamento, sem tensões excessivas a partir do dia 26."

2-PERIODO DA ORDEM DO DIA

2.1-. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que interveio:

"Senhor presidente da Mesa da Assembleia;

Membros da Mesa;

Senhores deputados;

Senhores vereadores;

A todos os que em casa nos estão a ouvir.

A todos saúdo e cumprimento num período de adaptação e retoma da atividade presencial da assembleia.

Queria começar de forma rápida, pela leitura do expediente dirigido à assembleia. Sobre a questão da empresa SPMAQ, relativos a benefícios fiscais, já existe um despacho no sentido de responder à empresa que existe um regulamento de benefícios fiscais e de apoio ao investimento. Pelo que com base nesse regulamento, todos e quaisquer benefícios fiscais têm de ter o enquadramento que nele está previsto.

Sobre questões colocadas relativas a vespa asiática, naturalmente não fazendo aqui nenhuma elação política de quem a fez na ultima assembleia e do cargo a que se propõe neste momento, o facto é que na Assembleia Municipal, ao contrário do que foi dito, foi dada um conjunto de justificações sobre a questão que estava em causa. Entretanto, como ocorreu uma reportagem, no dia 1, sobre este assunto e, como disse o senhor secretário da mesa, no dia 27 de agosto foi-me remetido uma solicitação de informação. Ontem também, chegou-me informação sobre essa matéria, e que diz: "Em 17 de abril de 2021, foi promovido a informação de abertura para um procedimento por consulta prévia, com consulta a 3 empresas, tendo o valor base de 74 000€, para a eliminação de 986 ninhos, o que dá um custo de referência de 75€. As empresas consultadas e as respetivas propostas foram: Paula Cristina de Ascensão Fernandes, 68 921€; Serviço Mais Limitada, não apresentou proposta; e, Escolha Atenta, 63 104€. Resulta deste procedimento que a empresa Escolha Atenta desde essa data tem o procedimento entregue e tem adotado o seguinte mecanismo de trabalho: ao longo da semana, o município recebe, via email, telefone ou presencialmente dos munícipes ou juntas de freguesias, SEPNA, GNR ou outras entidades, os ninhos identificados para eliminação, que comunica ao prestador de serviços, em email, e este procede à sua eliminação na semana seguinte.

No âmbito da prestação de serviços em curso, ficou definido que todas as segundas-feiras, o município remeterá a listagem dos ninhos, com necessária informação de suporte, sendo o serviço efetuado ao longo da semana. Acresce que qualquer situação que os serviços municipais de proteção civil sinalizem como urgente, terá o necessário tratamento de modo a que este seja assegurado a segurança dos munícipes. Este procedimento de contratação foi feito, com informação de abertura a 7 de abril de 2021, o convite a 18 de maio, e a assinatura do contrato a 28 de julho. Foram comunicados desde a assinatura do contrato até 27 de agosto, 297 ninhos. Para se ter uma ideia desta

tarefa, no dia 30 de agosto, foram comunicados 96 ninhos, relativos à semana anterior. No período que decorreu entre a abertura do procedimento e a assinatura do contrato, foram feitas prestações de serviço em regime simplificado para eliminação de ninhos à empresa Paula Cristina de Ascensão Fernandes, por 7 875€, acrescido de IVA à taxa em vigor.

No dia 1 de setembro foi feita uma transmissão pela TVI, no jornal da tarde, uma reportagem sobre alegadas falhas de resposta por parte do município no combate aos ninhos, que suscitou a seguinte resposta do prestador de serviço: "Na sequência da reportagem exibida pela TVI, a 1 de setembro, a sociedade Escolha Atenta vem expor a sua posição face ao referido naquela peça. Dos 201 ninhos de vespas asiáticas que nos foram comunicados, entre 2 a 23 de agosto, encontram-se apenas por realizar 30, por causa da totalidade dos mesmos se tratarem de arvores de grande altura ou situados em terrenos privados e apenas acessíveis por veículos todo o terreno. A nossa prioridade são e serão sempre os ninhos situados em aglomerados populacionais e em locais que possam colocar em risco a segurança das pessoas, tais como chaminés, telhados, casas de habitação, árvores próximas de escolas, apenas para citar alguns exemplos. Neste sentido, entre um ninho numa casa ou um ninho num eucalipto a 25 metros, optaremos sempre pelo primeiro, mesmo que o segundo se situe junto a uma colmeia. Tendo em conta concretamente a freguesia referida, São João do Monte, gostaríamos de referir que as nossas equipas se deslocaram ao local por várias vezes durante o mês de agosto, não tendo conseguido entrar em contacto com as pessoas que tinham reportado esses referidos ninhos, nomeadamente quem prestou declarações à TVI e Dª Cipriana, não atendeu o telefone e os senhores Paulo e Jorge ao serem contactados demonstraram indisponibilidade para naquele momento indicarem a localização dos ninhos e solicitaram o nosso regresso em data posterior, de preferência depois de férias. Ora, tendo em conta o tamanho do concelho de Tondela e de algumas freguesias, nomeadamente São João do Monte, não é viável que todos os dias percorremos o concelho inteiro, tendo de existir um planeamento de deslocações para podermos abarcar todo o território e a população, não constando ao dispor apenas de uma pessoa em função do seu período de férias ou de outra circunstância que seja."

Esta é a justificação, deixando aqui de forma clara e reiterada que o planeamento que tem sido seguido é este.

Julgo que em todas as freguesias, nas empreitadas que estão a decorrer, sabem que estamos num tempo onde a generalidade das empresas não estão a responder nos

quadros temporais e com as equipas necessárias ao volume de trabalho que nas diferentes frentes sejam obras municipais, sejam das freguesias, sejam das entidades privadas, sejam do setor empresarial privado, não há capacidade de resposta porque em grande parte falta mão de obra. Não tem a ver tanto com questões de equipamento, porque numa generalidade estão bem equipadas.

Em concreto e no domínio da reabilitação de vias, o município tem, há vários meses, cerca de dois milhões de euros de obras de proximidade que algumas estão em execução e outras apesar de adjudicadas, apesar de todas as insistências feitas, têm alguma morosidade em arrancar. É o caso de pavimentações em São Miguel do Outeiro e Sabugosa, que fazem parte de uma empreitada que a empresa Socitop, que está a abrir a plataforma de Fraguas, que ganhou há vários meses e o ritmo de trabalho não é compreensível. Depois, as pessoas têm dificuldade em compreender, porque é que na povoação de Fial ou da Povoa da Catarina já têm algumas obras feitas, e porque foi outra empresas que fez. E, por exemplo em São Miguel do Outeiro ou Sabugosa que é esta empresa que está a fazer o alargamento da estrada, ainda não estão realizadas as obras. São estes problemas que estão a surgir de forma muito generalizada.

No caso em Santiago de Besteiros, outra grande empresa ganhou a obra por concurso público há vários meses, que incluía trabalhos em Tondela, de reabilitação de alguns pavimentos e também incluía o que está a ser feito na estrada de Nandufe, com a colocação de lombas redutoras de velocidade e reabilitação de alguns troços degradados. Há vários meses que estas obras estão adjudicadas. Posso dar mais exemplos, como é o caso de um lote em concurso público de Mouraz e Vila Nova da Rainha, Dardavaz, Molelos, adjudicado por concurso público à empresa Socitop, no valor de 440 000€, e que não está a dar resposta ao que era esperado. E, os exemplos sucedem-se. Julgo de forma clara que é importante que tenhamos a perceção que há uma dificuldade acrescida e que não tem a ver com o tempo em que se estão a desenvolver os procedimentos, porque a generalidade deles foram desenvolvidos há muito tempo, tem a ver com essa dificuldade que é critica e que se vai manter nos próximos tempos. Alias, como sabem, houve uma alteração ao Código da Contratação Publica, principalmente no que diz respeito a obras financiadas, quer seja no PPRR ou no 2020. Esta alteração admite a adjudicação até 20% acima do valor base, desde que tal esteja previsto em sede de cabimentação, sem que com isso o concurso fique deserto, precisamente pela circunstância que está a acontecer, que é de muitas obras ficarem desertas. Exemplificando algumas obras que ficaram desertas, temos a ampliação do cemitério de

Tondela ou da ligação à Avenida das Comunidades 2ª fase, envolvente ao estádio. Para melhor explicação, de seguida, passaremos à visualização das atividades, em imagem."

O membro Rui Santos referiu que o senhor presidente da câmara deveria dispensar a visualização das imagens, acompanhada de explicação, das atividades desenvolvidas, atendendo estar-se no período em que não é permitido publicidade institucional. Disse que caso o senhor presidente da câmara pretendesse continuar com essa apresentação, os membros do Partido Socialista se ausentariam da sala, regressando quando acabasse essa visualização das imagens. Disse ainda, que a visualização dessas imagens, não acrescentavam nada ao que foi dito e ao relatório enviado aos membros da assembleia.

O senhor Presidente da Câmara disse que a assembleia era soberana, mas que aquilo que pretendia era comunicar o que foi feito, desde a última assembleia.

O senhor Presidente da Mesa solicitou a pronuncia dos membros da Assembleia.

O membro Vera Machado tomou da palavra:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restante mesa, senhores deputados, senhores vereadores, público e comunicação social.

Só dar uma nota muito simples. Parece-nos, e ao PSD, que o Dr. José António, e como é normal em todas as Assembleias Municipais, poderá fazer aqui, deverá fazer aqui uma "rodagem" a tudo o que foram as iniciativas desde o dia 28 de julho até esta assembleia, fazendo aquilo que é habitual em qualquer Assembleia Municipal. E, todos sabemos, e também o Dr. José António, em que tempo é que estamos, e o PSD acredita que o Dr. José António fará uma rápida apresentação daquilo que é, e visualmente teremos outra perspetiva diferente daquilo que foram as atividades neste período. E, o PSD entende que isto deve acontecer.

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"Não quero que nesta assembleia haja embaraço para quem quer que seja e que leve a que não se esteja presente no debate. Este é o fórum principal de debate político do concelho. Farei um esforço adicional, pela palavra para demonstrar aquilo que o senhor não quer ver pela imagem e não terei nenhum problema em fazer essa apresentação. Registo que pela primeira vez, ao longo da história desta assembleia municipal, estão a ser criadas as condições com alguma sobranceria política sobre a forma de tratamento de como estamos a tratar a assembleia. Todas assim foram e todas assim seriam. Mas, não haja qualquer obstáculo da minha parte, e como quem está em causa aqui é a apresentação da atividade da câmara, continuarei a sua apresentação, dispensando essa apresentação, sem, contudo, registar na minha declaração uma atitude inusitada que não

me parece, em boa verdade contribua para o debate político, mas respeitamos as opiniões."

O membro Rui Santos interveio:

"Senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da mesa, senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara.

Não há aqui nada de inusitado, e muito menos sobranceria. Se calhar sobranceria vem muitas vezes aqui da parte do senhor Presidente da Câmara na forma como fala para nós, e como considera a Assembleia. A Assembleia não está ao serviço do presidente da Câmara nem da Câmara, é o contrário, não estamos aqui a falar de nada. O senhor tem apresentado aqui N vezes fotografias, essa prática não era da Assembleia, só começou com o Presidente da Câmara Carlos Marta, não era anterior a esta. E, temos apanhado aqui sessões de quase uma hora de fotografias, algumas que se repetem de passagem para passagem. Não vejo que acrescentem nada às dificuldades que disse aqui hoje, pode apresentar os seus relatórios, já conhecemos todos a mesma coisa, não vale a pena. Sobre o relatório, e sobre o relatório financeiro pronunciar-nos-emos a seguir. Agora as imagens, senhor Presidente, fará como entender. O seu entendimento é que é uma atitude inusitada, não, não é, só acontece agora porque estamos em eleições. Sendo eu, como sabem todos, parece que não sou só eu, partidário de que é necessário e urgente introduzir nesta assembleia, como nas outras Assembleias municipais do país, limites às intervenções do Presidente de Câmara, dos Presidentes de Câmara. Não é do Presidente de Câmara aqui específico de Tondela, é dos Presidentes de Câmara, porque parece que as Assembleias, como já aqui disse, estão ao serviço dos presidentes, quando é o contrário. Isto, tem de se introduzir regras, até para respeito dos membros da Assembleia, porque o facto de se ter mais informação, como é obviamente o dever de um Presidente de Câmara, dá sempre uma enorme vantagem, mas não pode ser usada para estar a fazer de ignorantes os outros que estão do lado de lá. Não quer dizer que estas coisa tenha de se recorrer a situações em momentos como este que estamos neste momento. Não vale a pena, portanto, eu não tenho sobranceria nenhuma, o senhor explicará o que entender, agora, nós temos o direito de no nosso entender, achar que isto é uma violação às orientações da Comissão Nacional de Eleições, que existem, desde janeiro deste ano. É apenas isto e é apenas esta questão, não há nenhuma sobranceria, o senhor se quiser projeta as fotografias, nós temos uma posição assumida em relação a isso neste momento, mas, isso é a nossa posição, competirá a quem quiser julgar-nos, e nós explicaremos porque é que a tomamos.

O senhor presidente da câmara interveio:

"Quero dizer de forma clara, o presidente respeita a Assembleia e as normas que aqui estão retratadas. Dr. Rui Santos não queira fazer querer que há desrespeito a normas da assembleia. Coisa diferente, é o senhor ter um entendimento sobre a Lei geral e sobre determinado tipo de matérias. Como muita gente tem muitos entendimentos. Quem faz a legislação deve ter essa consideração em questão.

Queria dar duas ou três questões adicionais que me parecem ser importantes. Uma delas tem a ver com o processo de evolução da AINTAR. Como é sabido, o município de Tondela conjuntamente com Santa Comba Dão, Carregal do Sal e Tábua constituíram uma associação supramunicipal de águas residuais. No âmbito desse projeto constam algumas obras de requalificação de infraestruturas, candidatadas ao POSEUR, que têm um financiamento de 4,8 milhões de euros, isto porque está limitado ao aviso de concurso. Os valores das obras que os municípios haviam identificados e no caso do concelho de Tondela, que se prendia com a requalificação da ETAR Sul Tondela/ Molelos, com o sistema norte e ampliação da ETAR de Tondela, e no caso dos outros municípios outras obras. Inicialmente o somatório destas obras apontavam para 7,1 milhões de euros. Ora, se a taxa de financiamento era 4,8 milhões de euros, quer dizer que haveria um deficit de 2,4 milhões de euros. Razão pela qual, no orçamento para este ano, há uma classificação para outras entidades, que aqui foi explicado e que tem uma dotação para 2021,2022, 2023 e para dar cobertura à componente municipal, deste esforço. Acontece, que volvido este período e no momento que se preparava o concurso, sabendo que há um incremento de custos por força do aumento da matéria prima, foi solicitado que em todos estes projetos fossem revistos os orçamentos. A informação que tenho refere que o somatório das mesmas obras, ultrapasse os 11 milhões de euros, há um aumento de custo de 27% entre o que estava estimado e os valores atualizados. Quer isto dizer que em sede de reunião de câmara, será apresentado um protocolo entre cada um dos municípios e a AINTAR, para garantir que estes municípios aumentem a sua contrapartida para viabilizar estas operações.

No caso concreto do município de Tondela, esta contrapartida andará muito próxima de 4 milhões de euros, tendo em conta o volume de investimento, que é proporcional.

Também gostaria de dar nota de um conjunto de intervenções que estão a ser concluídas no domínio da educação, em particular que se prendem com os jardins de infância: de Molelos, Santiago de Besteiros e de Tonda e a conclusão da reabilitação da

EB 0 de Tondela, cujas obras estão praticamente concluídas e que poderão ser um reforço das infraestruturas no arranque deste ano letivo. Ao mesmo tempo, já foram desenvolvidos todos os procedimentos contratuais para fornecimento de refeições, regime de fruta escolar, material de limpeza e de aquecimento, a todas as escolas. Todos estes procedimentos estão em curso e o que não deixa de ser verdade arrasta um conjunto significativo de recursos para o desenvolvimento. Está também, em fase de conclusão, a reabilitação da escola secundária de Tondela, que tem cerca de dois milhões de euros de investimento, sendo um quarto deste valor capitais próprios do município e os outros três quartos fundos comunitários.

O Centro Tecnológico e de Empreendedorismo está igualmente a ter desenvolvimento. Quem passa por aquela área tem a perceção, que tem havido uma pressão forte, porque trata-se de uma obra com fundos comunitários, de um equipamento estratégico e muito importante para o concelho e para a região. Como também, quero dar nota da excelente cooperação que as juntas de freguesias têm vindo a desenvolver na materialização de muitos contratos interadministrativos e protocolos de apoio, que de forma generalizada têm estado em curso, o que não deixa de ser um incremento fundamental para a coesão do concelho e realização de obras de proximidade."

O membro Jorge Henriques tomou da palavra:

"Antes de mais quero pedir desculpa pelo facto de estar temporariamente sem imagem, peço realmente desculpa por muitas das vezes estar sem imagem.

Tinha também já há pouco tentado intervir, porque não cheguei a perceber o porquê de o senhor presidente não ter apresentado as atividades da Câmara em suporte de imagem, não cheguei a perceber qual foi a proposta do Partido Socialista. Não sei se houve proposta, ou não houve senhor Presidente da mesa, pode me esclarecer sobre isso?"

O senhor presidente da Mesa esclareceu:

"Inicialmente, o líder parlamentar do Partido Socialista pôs em dúvida a eventual utilização de imagens na exposição, que o senhor Presidente da Câmara iria fazer, tendo em consideração o ato eleitoral que se aproxima, pelas regras que têm de ser cumpridas. Colocou-se a questão se caso houvesse a visualização com explicação das imagens, se violaria ou não as normas legais.

Mas o problema foi ultrapassado, porque o Senhor Presidente da Câmara entendeu fazer a sua intervenção não os utilizando, pelo que os trabalhos avançaram."

O membro Jorge Henriques voltou a intervir:

"Sim senhor, já estamos habituados ao respeito dos princípios democráticos por parte do Partido Socialista."

De seguida, efetuou a leitura da sua intervenção, que se transcreve:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores membros da mesa, senhoras e senhores Presidente de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, e caros membros desta Assembleia.

Senhor Presidente, nesta que é, e que constituirá de certo a minha última intervenção nesta casa, deixar aqui apenas algumas notas sobre as atividades da Câmara.

Como sempre, e ainda que sem imagens, o senhor Presidente, penso que fez aqui um excelente exercício explanativo, elencou-nos de alguma forma algumas das principais atividades, aliás, o relatório que fez chegar como sempre também atempadamente, a todos os membros desta casa, explana as atividades desenvolvidas desde junho até à presente data.

Uma nota para as pavimentações referidas nas diversas freguesias, onde eu, particularmente, destaco aqui as que vem a ser realizadas nos povoados mais distantes da sede de Concelho, porquanto, obras estas, quanto a mim se apresentam cruciais para uma efetiva coesão territorial.

Destaque ainda também, nas atividades elencadas da Câmara, para as obras que já estão em fase de conclusão, da rede de água e saneamento da Vila do Caramulo, bem como, os projetos concluídos ou em fase de concurso no âmbito do saneamento, designadamente projetos do sistema Norte de Tondela, e também da requalificação da ETAR Sul Tondela- Molelos, bem ainda também da ETAR da ZIM do Lajedo.

Uma nota ainda também, o senhor Presidente há pouco também o referiu, do trabalho desenvolvido pela Câmara na área da educação, com diversas intervenções nos mais diversos estabelecimentos de ensino do concelho.

Deixo mais três pequenas notas. Uma primeira nota para dar conta que termino aqui um percurso autárquico de 12 anos nesta casa, deixando naturalmente um caloroso e democrático cumprimento a todos, sem exceção.

A segunda, para o cumprimentar a si, senhor Presidente da Mesa, que de uma forma exemplar, tem sabido ao longo destes anos moderar e coordenar os trabalhos que aqui se desenvolvem. Deixo efetivamente um grande, grande abraço para si.

Por fim, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, dizer-lhe que foi um privilégio imenso, imenso, uma honra também imensa estar consigo ao longo destes anos nesta caminhada. Desejo-lhe, naturalmente, e sem qualquer dúvida, e estou convencido, obviamente, que irá alcançar os maiores, maiores sucessos. Penso que o concelho de Tondela assim o deseja, e também a si o merecerá.

Termino parafraseando o Eng.º Sousa Veloso, na altura em que na nossa televisão ainda havia programas, particularmente na nossa televisão pública, ainda havia programas com alguma qualidade, lembrar-se-ão certamente do saudoso Eng.º Sousa Veloso que terminava sempre os seus programas, "de todos me despeço com amizade, até uma próxima oportunidade". Muito Obrigado Senhor Presidente."

O senhor Presidente da Mesa agradeceu as palavras que o membro Jorge Henriques lhe endereçou.

Foi dada a palavra ao membro Rui Santos que interveio:

"Senhor Presidente da Mesa, membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da Câmara.

Eu só estou aqui, invocando o direito de resposta ao senhor deputado Jorge Henriques.

Eu se fosse uma pessoa, como uma pessoa que o deputado Jorge Henriques, pelo menos durante algum tempo, e que foi Primeiro Ministro e Presidente da Republica de Portugal, chamado Aníbal Cavaco Silva, chegava aqui e dizia: "ainda tem que nascer alguém duas vezes para dizer que é mais democrata que eu", mas, eu não tenho essa pesporrência. Agora, não tenho nada que me leva a aceitar ou pretender que me deem, pessoas, independentemente da consideração de natureza pessoal possa ter por eles, como o Dr. Jorge Henriques para me fazer ataques a por em causa os meus princípios democráticos.

Bom, se calhar tínhamos de voltar muito atrás, e eu não quero entrar aqui neste jogo, mas pesporrência é considerar que somos todos mais democratas que os outros. E, não foi por acaso que eu disse aqui o que disse no início. Eu não sou mais democrata que os outros, mas os outros também não podem dizer que são mais democratas que eu. Estamos aqui, temos perspetivas diferentes, temos o direito de as ter. E, portanto, foi isso que se passou aqui. Não está em causa a questão do regimento desta Assembleia, senhor Presidente da Câmara, não é isso que esta em causa neste momento, não diz nada sobre isso, o que eu defendo é que os regimentos das Assembleias devem passar a dize-

lo. Está em causa um entendimento daquilo que são as orientações da Comissão Nacional de Eleições.

As candidaturas efetuadas têm de estar inscritas e orçamentadas, em termos de bens de capital, em termos de execução orçamental, e até de captação da receita. Em relação a fundos comunitários, se não se executa não há receita, a previsão da Câmara tem de estar refletida, mesmo que não esteja executada, estamos perfeitamente de acordo.

Não me ouviram pôr em causa a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, pelo contrário, disse que ela cumpria, do meu ponto de vista, as regras que estão estabelecidas para este período.

Mas, acontece que há perguntas incómodas. Está previsto, em termos de execução orçamental, em termos de ações corrigidas, cerca de vinte e dois milhões e oitocentos mil euros, e temos executados neste momento 4 milhões setecentos e oitenta e cinco mil euros, quando se apresentam montes de coisas em cima disto, se calhar estamos a desviar um pouco a atenção para que não seja feita a pergunta. Porquê esta diferença? Não é que não exista diferença, porque ela tem que existir, desde que haja candidaturas que não estão executadas ela tem que existir. Agora, porque é que há uma diferença tão grande? Que é a mesma questão que se põe em relação à questão da execução do plano plurianual de investimentos de 2020, porque é que a sua execução foi de 22,4%. São estas questões centrais, do meu ponto de vista, que se faz nas Assembleias Municipais, ou que deve ser feita nas Assembleias Municipais.

Se outros têm outras, a questão é outra, mas esta é a questão central. Esta é a nossa visão, é a minha visão, estou a dizer que é nossa, porque a discutimos. Agora, não é uma questão de democracia ou não democracia. Eu, devo dizer que tenho muita honra em ter sido várias vezes membro desta Assembleia Municipal, como fui Vereador da Câmara Municipal de Tondela, em tempos idos, aliás, com o senhor Arménio Leite Marques, na altura. Tenho muita honra nisso. E, estou aqui, apenas, porque entendo que é meu dever cívico. Tenho 76 anos, a minha vida pessoal e profissional teve muito mais sucessos, e permitiu-me chegar a lugares até onde eu nunca esperei chegar. Acho que devo devolver ao meu país e ao município onde nasci, até para honrar os meus antecedentes. A participação que estou aqui a fazer dando o melhor da minha experiência, não é por mais nada, que eu não tenho aspiração nenhuma. Fui durante anos sucessivos administrador público, também privado durante algum tempo. Passei seis anos a gerir vinte e oito mil professores, mais 10 mil funcionários, eram 1500 escolas,

com primárias, embora uma parte já fosse desde 1988, das Câmara Municipais, mas o pessoal na altura não era, com um orçamento anual, que só em investimentos era quase de 50 milhões de euros. Participei na gestão de mais de 2 mil milhões de fundos comunitários, se isso não dá nenhuma experiência para poder contribuir, então não sei o que é que dará. Nunca me vangloriei disso, há coisas que estão feitas no concelho de Tondela por intervenção direta minha, mas o dinheiro não era meu, eu não sou dono de Tondela, esse dinheiro nunca foi meu, é dinheiro público. Procurei que algumas coisas que me pareciam corretas, fossem feitas, mais nada. E, é isso que eu estou aqui a fazer, não é para dar lições de democracia a ninguém.

Felizmente, e apesar de tudo, das divergências e alguns casos que eu considero até lamentáveis, as regras mínimas do comportamento democrático têm se mantido, fico muito satisfeito que assim seja, procurarei fazer o máximo possível para que isso continue a acontecer."

O membro Jorge Henriques tomou da palavra:

"Senhor Presidente da mesa, pensava eu realmente que era a minha última intervenção, mas volto, naturalmente, face à intervenção do senhor deputado Rui Santos.

Dr. Rui Santos, naturalmente tenho o máximo respeito pelo seu percurso de vida, como penso que V. Exa também terá o máximo respeito pelo meu percurso de vida. Tenho o máximo respeito pela sua idade, naturalmente, e percurso de vida e por todas as suas vivências. Agora, deixe-me dizer-lhe que isso não significa, necessariamente, os seus valores democráticos e os seus princípios democráticos sejam mais maduros, mais sérios, mais honestos e mais vividos que os meus, isso eu não lhe posso permitir.

Deixe-me também dizer que, V Exa Dr. Rui Santos teve a elencar um bocadinho do seu curriculum académico e profissional, deixe-me dizer-lhe que eu também ao longo destes 12 anos que agora termino neste ciclo autárquico de intervenções nesta casa, sempre o fiz em pleno exercício de cidadania. Obviamente não me compete a mim, nem me fica a mim muito bem vir aqui desfilar um bocadinho do meu curriculum, toda aquela que é a minha intervenção cívica, não só nesta casa, mas também no âmbito do pleno exercício de cidadania, designadamente no âmbito do movimento associativo, seja em Tondela, seja em Viseu. Dizer-lhe que o meu exercício de cidadania nesta casa e enquanto membro desta Assembleia visa sempre e sempre teve como bitola o respeito pelos mais elementares princípios democráticos, e sempre assim foi. Portanto, eu não entendo que V Exa de alguma forma se sentiu melindrado, porque me parece, muito sinceramente, pese embora todas as recomendações da CNE, pese embora todas

interpretações que possam existir, muito sinceramente não vejo que mal viesse ao mundo pelo facto do senhor Presidente da Câmara, como sempre fez e como foi prática ao longo destes anos, aliás, relativamente ao relatório, e isto até é curioso da parte do Partido Socialista, porque em determinadas autarquias, por exemplo em que, onde V Exas tem responsabilidades politicas de direção, o órgão executivo, em que se escusam a enviar com a antecedência devida, por exemplo o relatório das atividades que desenvolvem nessas autarquias nas quais tem responsabilidades executivas e de direção. E, neste caso em concreto na Assembleia Municipal, sempre o senhor presidente, aliás, V. Exas fizeram ponto de honra que isso ficasse até consagrado no regulamento um municipal, se há ponto de honra que esta Câmara Municipal, particularmente o senhor presidente tem feito é enviar atempadamente o seu relatório de atividades, e muito bem no seu direito também explana-las ilustrando essas mesmas atividades. Portanto, quanto a mim não faz o mínimo de sentido, penso que é e mantenho a minha posição violadora dos mais elementares princípios democráticos, esta atitude que o Partido Socialista personalizada ou personificada por si enquanto líder aqui teve nesta Assembleia. Bom, mas por mim a polemica termina aqui, reforçando que tenho o máximo respeito por todo o seu curriculum, por toda a sua intervenção cívica e também profissional, e por toda a sua vivencia, naturalmente muito mais experimentada que a minha, mas a sua democracia, os seus valores democráticos, os seus princípios democráticos, Dr. Rui Santos, não são mais maduros, não são mais experimentados que os meus. Muito obrigado."

O membro Vera Machado interveio:

"Eu, só pedi para intervir, e, depois do que ouvi aqui até agora, só para dizer uma coisa, acho que todos os que estamos aqui dentro sabemos o período que atravessamos, todos nós respeitamos a proximidade do ato eleitoral, independentemente da cor partidária, se são candidatos ou não, portanto todos nós aqui dentro temos consciência disso. E, tenho que dizer, Dr. Rui Santos, também o tom e a agressividade no discurso, não dignifica, nem a dignidade, nem a democracia nesta Assembleia, e isso não é só válido para alguns é valido para todos, acho que todos nós temos de ter esse cuidado. E, mais, com mais ou menos curriculum, aqui dentro somos todos iguais, todos iguais."

O senhor presidente da Câmara tomou da palavra:

"Qualquer aprofundamento que pudesse fazer pode ser interpretado como violação das normas da CNE. Espero que o Dr. Rui Santos ao ter puxado a intervenção em proveito próprio um conjunto de responsabilidades públicas que diz ter tido determinantes para a sua posição, que não esteja a ter esse vicio de forma e, portanto, nada tenho a acrescentar, a não ser dizer que durante este mandato nesta assembleia municipal, outra atitude não tive que foi sempre de prestar esclarecimentos e informação, debater, confrontar ideias, expor pensamentos, partilhar preocupações, mas também ambições e mobilização de vontades. Foi estes o princípio que esteve presente e não me desviarei dele e voltaria a segui-lo, porque acho que só assim conseguiremos ter hoje e no futuro a capacidade de nos posicionarmos para melhores respostas aos problemas que vão ser cada vez maiores, mas exigentes e mais difíceis. Acho que o espelho que foi feito neste debate retrata as posições das pessoas, e acima de tudo as motivações que todos têm, mais ocultas ou mais explícitas e que estão bem presentes na sua dialética política. Muito obrigado."

2.2 Análise, discussão e votação de colocação de sinalização vertical

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara sobre o ponto em debate:

"Senhor Presidente, de acordo com o regulamento existente, é uma competência nos termos em que está referida, pela Assembleia Municipal. Aparentemente pode haver, como me informou um membro da Junta de Freguesia da Lajeosa do Dão, à entrada da assembleia, uma pequena correção pontual que depois foi feita, não de um erro de decisão, mas de informação. Mas, portanto, resulta claramente de uma consequência do regulamento em vigor e das circunstâncias que levaram a que a Câmara em primeiro tenha aprovado e depois tenha remetido à assembleia Municipal."

Não houve mais intervenções e, colocado à votação o ponto acima referido, foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3. Análise, discussão e votação do Regulamento de prémios de mérito e de excelência escolar

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o Regulamento foi aprovado por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia do Guardão

O senhor Presidente da Câmara tomou da palavra:

"Senhor Presidente, nós já tínhamos tido com esta junta de freguesia um contrato interadministrativo que se prende com a beneficiação, requalificação, alargamento da estrada de Laceiras, Pedrogão, Jueus, obra que se concluiu. Um investimento de cerca de 150 000 00€ que é de facto uma obra de proximidade e coesão, porque em boa verdade fecha uma malha à volta destas povoações na freguesia do Guardão. Trata-se agora deste contrato interadministrativo, para se poder financiar a execução de alguns muros de vedação decorrentes das negociações havidas com os proprietários e das

formas de cedência em que tais terrenos foram cedidos, todos eles de forma muito facilitada pelos proprietários. Portanto, este reforço de 30 000 00€ visa precisamente a possibilidade de materializar a execução destes muros e, depois, num segundo momento, ser reabilitado o pavimento desta via, ao mesmo tempo que a mesma irá ter outras condições de fruição."

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O membro Mário Simões interveio:

"Bom dia a todos,

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, membros da Assembleia.

Vinha aqui colocar duas questões, uma delas ao senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com a questão da toponímia. Nós temos um pedido que efetuamos há cerca de dois anos, para regularização de algumas situações de toponímia. Depois foi criado o regulamento municipal e, até ao momento, não temos nenhuma resposta sobre isso. Portanto, queríamos saber se efetivamente podemos concluir, portanto, nós substituímos todas as placas da toponímia, e gostaríamos de saber se podemos concluir esse processo tendo em conta essa alteração.

A outra questão que me trás aqui, tem a ver com uma questão que também já foi trazida aqui, e que o senhor Presidente da Câmara me colocou algumas dúvidas

relativamente à situação financeira da União de Freguesia, quando nós tomamos posse em 2017. Eu trago aqui um relatório completo, com documentos oficiais da junta de freguesia, onde está a ata de anterior executivo com os saldos de gerência com todos os documentos contabilísticos, e com os pedidos de pagamentos das empresas. Portanto, como foi uma dúvida que persistiu aqui nesta assembleia e que foi aqui trazida, eu quero trazer estes documentos para ficarem em posse da assembleia, para fazerem chegar ao senhor Presidente da Câmara, e para que, de uma vez por todas, não fiquem e não restem dúvidas sobre essa situação. Era só isso que eu queria deixar.", anexo 3

De seguida foi dada a palavra ao membro Vera Machado que apresentou um voto de pesar e um voto de louvor, que se transcrevem:

"Neste ponto dos assuntos de interesse para o concelho, o grupo parlamentar do PSD, queria trazer aqui um voto de pesar e um voto de louvor, e, portanto, o voto de pesar:

"Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de José Carlos Coimbra que exercia funções, atualmente, como Vereador no Município de Tondela, tendo até então desempenhado várias funções e cargos políticos, tanto na concelhia do PSD, na sua junta de freguesia de Vilar de Besteiros, como na Câmara Municipal de Tondela.

A sua vida passou também pelo associativismo, tendo participado ativamente em diferentes associações, quer como dirigente, quer como associado.

José Carlos Coimbra era um homem, altruísta e sempre com a social democracia no horizonte, cuja entrega, abnegação e participação deve ser um exemplo para todos nós.

Deixa um legado forte na defesa do desenvolvimento do nosso concelho."

"Voto de louvor:

"O exercício de funções públicas é por si só uma missão muito nobre, com elevadas responsabilidades na vida de uma comunidade.

A intervenção e a participação ativa na construção do bem comum é um desafio que, independentemente do órgão ou ideologia que se defende, deve ser valorizado e enaltecido por todos, e tal como nunca precisa de ser credibilizado, sob pena de extremismos e radicalismos autoritários destruírem a democracia e o estado de direito pelo qual todos nós lutámos.

Esta Assembleia Municipal foi um bom exemplo de elevação no desempenho de funções autárquicas ao longo dos últimos 4 anos. Com discussões mais ou menos acesas, sob pontos de vista diferentes para a estratégia de desenvolvimento do território, mas com um denominador comum: respeito, dignidade e sentido de responsabilidade.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela, vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor para todos aqueles que cessam funções a 26 de setembro, quer autarcas de freguesias, deputados municipais e vereadores, personificando esta gratidão no Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Carlos Cunha, que ao longo deste tempo dignificou este órgão, usando como matriz a elevação e o respeito, e também no vereador executivo José Carlos Coimbra, cuja doença não deixou que ele seguisse o seu propósito, contribuir para o desenvolvimento da sua terra. Um grande bem-haja a todos! "

O membro José Manuel Mendes continuou os trabalhos

"Bom dia a todos,

Quero cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, o senhor presidente da Câmara, restantes companheiros.

Ver se consigo recordar um pouco desde 1989, que faço parte destas lides. Vou fazer um interregno, não sei, mas eu costumo utilizar a palavra "o futuro a Deus pertence". E, durante os próximos 4 anos vou andar por aí. Mas, se o concelho, a freguesia, e todas as coletividades a que estou ligado chamarem por mim, eu estarei presente. Estarei sempre presente para servir o meu concelho e sobretudo a minha freguesia de que tanto gostei de trabalhar.

Foi uma honra para mim trabalhar com três presidentes de Câmara, dois mandatos com o Dr. António, a quem daqui lhe desejo e mando um abraço. Três mandatos com o Dr. Carlos Marta, com o qual houve realmente um virar de página, porque Tondela e o concelho cresceu. E, com o Dr. José António, um mandato, a continuidade de todos os trabalhos que se vinham desenvolvendo, a continuidade e a força e o querer que o senhor presidente atual tem. Temos que reconhecer, que estes últimos 4 anos, o concelho progrediu, e vai continuar a progredir, mas graças ao atual presidente, Dr. José António.

Há certas passagens que nos marcam ao longo desta carreira, que foi as pessoas, o respeito que tinham e que eu tinha para com elas, a proximidade que eu consegui criar ao longo destes anos. Desde o mais pobre ao mais rico, mas para mim nunca existiram nem pobres nem ricos, eram todos iguais, e eu vejo, ainda hoje sinto isso, desloco-me a

qualquer povoação aqui do concelho, mas, mais concretamente à minha freguesia Carvalhal, Ermida, Pendão, Estação, São Cornélio, eu vou a todos esses lados, e o respeito que as pessoas têm por mim, é isso que me dá força e vontade para pensar no futuro.

Como disse há bocadinho, podem contar comigo, quer associações, quer instituições seja de que índole for.

Também quero deixar aqui uma palavra de apreço a todos, quantos comigo trabalharam. Foi um prazer, levo no coração todos os que trabalharam comigo e, se por qualquer motivo eu tivesse tido alguma situação de mal e que vissem em mim que eu tivesse dito alguma palavra mal dirigida, apresento as minhas desculpas por algum ato que eu possa não ter praticado, mas tudo o que levo, levo com alegria no meu coração.

Para terminar, vou desejar a todos os que vão abraçar esta vida política no futuro, que a abracem como eu abracei, com dedicação e vontade de servir. Muito obrigado."

Seguidamente interveio o membro Ventura Gonçalves:

"Muito boa tarde a todos, meus senhores, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes membros da Assembleia aqui presentes.

Passamos todos, a todos os níveis, momentos muito difíceis no Covid, houve muita coisa que não conseguimos concretizar devido a doenças, devido a falta de pessoal, pelo que têm de compreender isso. No entanto, esperamos que a vários níveis, e se calhar a vários níveis de repartições, o Covid foi se calhar o escapar de muitas coisas, para se valer do Covid, e foi a cauda de muita coisa que, acho que em muitos casos se poderia ter feito melhor.

Também nos interesses para o concelho, tem-se comentado, tem se falado, é uma realidade que não se pode ter tudo. Se me perguntarem dos interesses do concelho, não me quero referir a ninguém, se me perguntarem se quero um presidente sorridente, com sorriso amarelo ou quero uma pessoa que sorri quando é preciso, e que seja competente, e que lute pela nossa terra, pois eu prefiro isso que ter alguém tipo malabarista. É só isso que eu quero.

Agora, continuando, serviços da EDP, vergonhosos demais, ultimamente e já há muito tempo, tardam a reparar e não os concluem, dizem não ter os materiais, e vêm às vezes fazer os serviços e não acabam porque não têm materiais. Agora, não sei se estamos entregues aos bichos dos olhos pequenos ou aos bichos dos olhos grandes, porque realmente têm causado muitos problemas às populações e a todos.

Outro ponto, Águas do Planalto, buracos nas vias que ficam meses abandonados, quando deveriam ser, no máximo, repostos entre 30 a 60 dias, o seu não cumprimento, deveria o município aplicar uma coima, porque realmente é demais.

Buracos de saneamento, também muito morosos, e aqui faço o meu apelo, assim que os buracos de saneamento, como outros, quando intervencionados que fossem bem executados, o que por várias vezes não acontece.

As freguesias estão sempre presentes, resolvem e ajudam a resolver, tais como tapar buracos reclamados mais urgentes, corte de árvores perigosos, a ser possível, limpeza de vias aquando das enxurradas. Estamos cá para nos ajudarmos mutuamente.

Agora, no funcionamento normal, serviços, os funcionários, os encarregados dos serviços que devem ter essa responsabilidade do reportar, e que os serviços se organizassem e não terem de ser os presidentes de junta a percorrer todas as ruas, várias vezes para dar essa relação. Eu acho que, embora eles façam uma relação, e por vezes nos pedem para dar, os profissionais é que tem de ver onde fazem realmente os buracos, quer das Águas do planalto como do município, porque realmente, às vezes nós somos apanhados, e é a Câmara quando por trás isto devia ter as suas responsabilidades serem mais eficientes, porque realmente há casos que deveriam conhecer. Muito obrigado a todos."

O membro Arménio Leite Marques tomou da palavra:

"Exma. Mesa, senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados.

Neste ponto de interesse para o concelho, e porque não tenho outra oportunidade para falar, queria pedir ao senhor Presidente da Câmara, já falamos aqui hoje de sinalização, para não obrigar os Ermidenses e do Carvalhal andarem às voltas nas ruas quando não é preciso. Pedir-lhe para mudar o sinal numa rua em que foi feito um muro que não devia ter sio feito, devia ser alargado, porque os veículos pesados têm de ir dar uma volta quase de KM, quando a rua é de sentido único, tiram-se os pesados, pode lá passar qualquer meio de transporte. Pedi ao senhor presidente, que também não o fez, não sei porquê! Espero que faça. Espero não, tenho a certeza, a abertura de um espaço que permita às pessoas do Carvalhal e ao proprietário da Ermida também, de levar uma máquina pesada para transporte, para fazer terraplanagens uma vez que não há onde virar. A pessoa que me autorizava a virar o carro, chegou um filho da Suíça há dois anos e o quintal onde virava o transporte está feito num jardim e uma casa. Portanto, queria que não se esquecesse disso, porque de certeza que o senhor vai fazer.

E queria dizer ao senhor Presidente da Câmara que vou instruir os meus filhos e a minha irmã mais velha para lhe pedirem os impostos que têm pago das casas, porque ao longo de 4 anos a rua deles nunca mais foi limpa. Desde que a Junta de Freguesia mudou. Eu, não acuso as pessoas da Junta de Freguesia, nem os conheço sequer, nunca lá fui, mas, os três da vida airada, ou quatro da vida airada, nunca limparam a rua. E a minha irmã tem uma coisa que é de todos, não é de ninguém, tornou-se publica. A lâmpada, por mais pedidos que sejam feitos ao funcionário da câmara, nunca foi ligada, e a minha irmã tem um marido que tem uma perna doente."

O membro Alfredo Cabral tomou da palavra:

"Muito bom dia a todos, senhor Presidente da Assembleia, membros, senhor Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Assembleia.

Estava para não intervir, mas a minha consciência e o meu pensamento obrigam-me a dizer três coisas fundamentais.

Não sendo autoritarista, sempre tive uma plenitude no gozo do meu tempo pelas coisas válidas. Há pouco estive para me retirar porque julgo que a dignidade do órgão, independentemente do seu processo de funcionamento merece alguma dignidade.

Eu não deixo de dar razão ao Dr. Rui Santos, como também não deixo de dar razão ao Dr. José António. Acho que ambos tiveram bom senso, abdicando da sua intervenção e levantando o problema. Não esqueço que, eu sou sempre eu e as minhas circunstâncias, não pessoalizando o momento, pronto, tem a sua circunstância e compreendemos o espaço do tempo que vem aí, e a luta que se vai estabelecer.

Mas também aprendi, há pouco o Dr. José António referiu o que é a palavra dialética, que é um termo que significa movimentos contrários. Mas, há sempre a superação, tem de haver um momento que supere esta dialética dos contrários ou esta polémica que se pode aproximar. Eu não abdico, enquanto tiver saúde mental e saúde física, de poder exigir alguma dignidade nos órgãos públicos.

Fiquei um pouco triste com a intervenção do Dr. Jorge. Acho que a questão do bom senso é fundamental nesta instituição, se tivesse que avaliar, desculpem dizer aqui mas já uma vez expus no tempo do Carlos Marta, andem por onde andarem em lutas politico partidárias que elas nunca deixem de ser éticas. E, faço lembrar que o viver honestamente, o não prejudicar ninguém e o atribuir a cada um o que é seu, são princípios fundamentais que enraizaram o direito de quase todo o mundo, também não deixaram de influenciar um pouco a ética de funcionamento destes órgãos.

Tenho o máximo respeito pelo senhor Arménio Leite Marques, mas desculpe-me uma coisa, vou aqui com uma tristeza muito grande quando referiu "os três da vida airada", não é trato político, não é respeito. Senhor Arménio, admiro profundamente a sua capacidade pessoal e familiar, admiro, falo bem de si. Poderia ter moderado um bocadinho aqui a sua intervenção às pessoas e ao órgão a que se referiu de uma maneira tao pouco elevado e um pouquinho ofensivo. Temos que respeitar que alternância é esta, e agora só digo isto, cabe ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, outros não estão cá representados, uma responsabilidade que cai naquele núcleo fundamental que o direito dizia do "*pater famílias*", o bom pai de família. Não vou embarcar por Blocos de Esquerda, Chegas e isso, cabe a estes dois partidos uma responsabilidade nacional. Não quero delimitar em nada que cada partido tenha a sua ideologia, tenha a sua metodologia, mas cabe-lhe esta responsabilidade nacional.

Olhem, a Europa vai-se retirando da afirmação dos princípios, de que o princípio da igualdade, o princípio do confronto, os princípios do aprofundamento são essenciais. E, por descrédito dos que exercem o ato público, da gestão das coisas públicas, temos de ter elevação na nossa dignidade, e, quando vos digo isto, digo com algum fundamento. Se vocês forem investigar o fundamento e a ideologia dos partidos, de esquerda ou de direita, PSD é social-democrata, não esqueço o fundamento histórico, os Socialistas que é uma deriva do Comunismo diziam-se sociais-democratas, e por isso, na família ideológica cabe no fundo, a defesa do interesse público, da iniciativa da propriedade privada, de todos esses direitos que são fundamentais. E nós só podemos olhar para dois partidos no respeito por esse direito fundamental e essencial, que é o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Ou com acordos, ou sem acordos, com compromisso ou sem compromisso, cabe-nos esta responsabilidade política e nacional.

Eu espero que a próxima Assembleia Municipal, que seja o órgão de debate e de confronte, e que seja presencial. É muito bonito ouvir o Jorge, mas está lá, de uma forma virtual não nos podemos confrontar rosto com rosto, palavra com palavra. Que volte isto. E, para dizer que às vezes, como dizia o filosofo, lógico e matemático, "é importante saber calar", é importante o silencio, é importante saber calar.

Desculpem, não vos queria dar nenhuma lição de moral, vou um pouquinho triste com o que se passou aqui, sei que é a circunstância, e compreendo a circunstância, e que ganhe o melhor e que ganhe aquele que for capaz de responsabilizar mais a gestão pública das coisas, e, também dizer isto: aos que foram, ao José Carlos Coimbra, nem soube da sua morte, liga-me a ele uma grande amizade, e sobretudo um gesto muito

pessoal: na inauguração de uma obra lá de Vilar, ele vira-se para mim e disse " olhe lá se eu dissesse ao meu irmão para me dar cinco mil contos acha que ela vai cair", eu disse " Oh! pá, tente", acho que isto é um gesto, no silêncio entre duas pessoas mas que diz um pouco da dignidade da pessoa que ele era.

A todos os que terminaram, que Deus vos dê saúde, felicidades e alegrias, aos que vêm, admiro profundamente a vossa coragem de querer servir ainda a causa pública, e já agora, olhem, que ganhe os melhores, que ganhe aqueles que tiverem as melhores propostas.

Peço desculpa do meu demorado discurso, mas desejo a todos, um confronto democrático, educado, elevado, sem ofensas pessoais. Boa Sorte."

O membro Arménio Marques respondeu ao membro Alfredo Cabral, dizendo que o que tinha dito não se referia a ninguém presente no auditório, que os "3 da vida airada continuavam na sua mente e que não aparecem em público.

O membro Alfredo Cabral afirmou que mantinha a sua posição e o seu pensamento.

O senhor Presidente da Câmara interveio:

"Senhor presidente, começando pelo senhor presidente da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares, as questões de toponímia têm um regulamento próprio, portanto, era matéria que estava na esfera do malogrado vereador José Carlos Coimbra, por isso, não lhe sei responder ainda em concreto sobre o ponto de situação. O que lhe direi é que é um regulamento e esse regulamento tem uma comissão de toponímia, portanto, que é um conjunto de tramitações que lhe estão inerentes e que devem ser respeitados.

Sobre a segunda questão aqui trazida, o senhor presidente da junta está equivocado. Quem trouxe o assunto a esta Assembleia foi V. Exa, solicitando que o município fizesse um reforço, com algum contributo financeiro para dificuldades que dizia aparentemente existirem e que foi contraditado nesta mesma assembleia, na altura, em debate havido com o então presidente de junta se bem me lembro. Agora, não deixo de registar que 4 anos volvidos já conseguiu encontrar os documentos, portanto, ainda veio a tempo, estamos em 2021, tomou posse em 2017, ainda está dentro do mandato. Mas, se tivesse essa urgência tão premente, estive, como sabe, consigo na segunda feira também me poderia ter entregue, se tinha essa pretensão tão urgente. Todos percebemos que foi um número político que quis fazer, e, portanto, legitimo, não deixo de o registar, mas, é o que é a vida.

A todos, sobre as demais questões colocadas. Da Vera, naturalmente, como é sabido o vereador José Carlos Coimbra teve durante estes dois anos um envolvimento nas suas dificuldades, de saúde e alguns domínios, mas nunca deixou de ter uma força combativa, uma persistência, um espírito de equipa, um espírito de solidariedade e de cooperação que muito apreciei, que muito registo e que muito guardarei das memórias políticas que todos vamos tendo. Portanto, outra coisa não posso ter que não seja partilhar esse momento, que julgo ser sentido por todos, independentemente do momento em que as pessoas são avaliadas. Diz a história um pouco isto, que quando cá não estamos todos somos santos, esse não é o melhor tributo que se poderá fazer. O melhor que poderemos fazer é recordar, em boa verdade, aquilo que foi a sua prestação, o seu envolvimento, o trabalho que desenvolveu, agradando mais a uns e menos a outros, como em tudo na vida, mas sempre com um propósito que era servir as comunidades e isso é muito importante. Como me associo, o voto espelhado na figura do senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque em boa verdade, julgo que ninguém poderá contestar e é aqui que deve ser dito e não quando sair, que sempre procurou gerir os trabalhos e exerceu essa função com distanciamento partidário e com sentido de responsabilidade, tratamento igualitário entre todos os grupos parlamentares, e, portanto, registo isto.

José Manuel Mendes, acho que sou, de facto tive esse privilégio e tenho de conhecer pessoas que tenham uma tenacidade, apego à sua terra, um sentido de serviço que o Zé Manuel personifica em muitas destas funções. De facto, é alguém que ao longo das funções públicas e associativas, e independentemente daquilo que é a sua característica pessoal, sempre teve esse cunho de serviço de proximidade e só isso pode justificar ter um percurso político longo, respeitado e reconhecido por todos. Portanto, essa nota política à parte, antes disso estão as pessoas, e o Zé Manuel tem essa característica pessoal, não tem a ver com a característica política, é pessoal, proximidade, afetividade, de impulsividade no sentido positivo, e, registo essa questão.

O Sr. Ventura colocou duas ou três questões que são preocupantes. Uma delas tem a ver com a questão da EDP, raros são os anos em que não há uma ou duas reuniões com as infraestruturas da EDP sempre com a mesma questão, que é a morosidade na substituição de luminárias que estão fundidas, quase sempre são criadas novas metodologias, porque agora é através da plataforma, depois é através de um contacto, depois é um email, depois quando se demonstra que aquilo não é solução voltam outra vez a dizer: bom, então vamos mudar de interlocutor, passa a ser esta forma. E, de facto,

eu vou tendo essa proximidade convosco bem sei, até porque me tem vindo a chegar alguns mails sobre essa circunstância, em concreto de Mouraz e Vila Nova da Rainha, bem sei que a EDP, ou EDP Comercial, ou E-redes, o que vocês quiserem, não tem um mecanismo que seja diligente. É que poderiam explicar qual é o caminho, se demorasse mais quatro, cinco dias, uma semana, as pessoas percebiam desde que fosse eficaz. O problema é que se preenche de uma forma, analisa de outra, e, portanto, tenho tido alguma interação com a EDP sobre isso, e, também não me sinto satisfeito na plenitude, alguma coisa vai melhorando, mas não me sinto satisfeito na forma como esta situação está a ser gerida.

Relativamente às Águas do Planalto, não é caso único, aliás, o senhor presidente da Junta de Freguesia de Parada de Gonta, tem sido também recorrente com essa reclamação. Na semana passada fiz uma visita à freguesia, onde há vários cortes, e tive que diligenciar junto das Águas do Planalto, porque de facto não se compreende. Existe um principio que sempre que houver intervenção numa via, essa intervenção, esse corte, essa vala, deve ser reparado transitoriamente com paralelos, este é o principio que está instituído, precisamente para que a vala possa ter a sua devida compactação e se possa depois regularizar, e, posteriormente deve ser resolvida, se é massa asfáltica é com massa asfáltica, se é pavimento de paralelo deve ser, se é calçada é calçada. Ora, nos últimos tempos, em particular, tem havido uma morosidade que não era tão sentida, por parte de um prestador de serviços, e isso já levou a que eu, na semana passada, tenha objetivamente remetido um email ao senhor administrador delegado, no sentido de ser mais diligente nessa circunstancia, porque o que eu vi em Parada, em concreto não é um, nem dois, nem três, nem quatro buracos, e, ainda há dias ao passar em Mouraz também vi o que lá esta. É uma questão e temos todos que afinar melhor esta estratégia nessa circunstância.

Na limpeza de vias, eu não referi há pouco, era uma das matérias que estava também sinalizada, têm sido também relevante a atuação do município na manutenção, em particular da vias estruturais, a N2, a 230, a 228, a 337, portanto, um conjunto de vias que são estruturais, isso temos procurado ter essa atenção e ter esse acompanhamento, sem prejuízo de o senhor ter razão naquilo que diz, de que por vezes, uma deslocação, ou de quem anda na rua, pode servir para sinalizar, e, por vezes tem de ser os senhores presidentes de junta ou o senhor vereador, ou um presidente de câmara a ter que ter esse papel, que em boa verdade carece dessa agilidade.

Senhor Arménio, sobre a questão da tal zona de inversão de máquinas no limite de Carvalhal/ Ermida, já houve lá uma deslocação com os serviços técnicos, com o vereador, portanto é uma situação que ficou equacionada. E, sobre o sentido e trânsito, isso tem de vir a Assembleia porque implica com o regulamento, e, portanto, sobre essa questão estamos entendidos.

Dr. Alfredo Cabral, a ética deve sempre nortear a atividade pública, mas em todos os domínios; no domínio da intervenção, no domínio do pensamento, no domínio da comunicação. Bem sabemos que há quem, por vezes, procure utilizar outras estratégias, porventura não tão espelhadas na ética para a coberto, hoje, de uma coisa que é muito fácil que são os teclados e à distância de um ecrã, por vezes se fazerem o tipo de apreciações que de éticas nada têm, muito mais, são por vezes atos de cobardia que deveriam ser feitos aqui nos órgãos próprios e nas circunstancias em que devem ser feitos. Isso é que é democracia.

E permitam-me só que, em género de remate, termine dizendo que se calhar, um dos maiores riscos que a democracia vive hoje, não são os partidos, tem mais a ver com aquilo que se criou na sociedade civil, que é em alguns instrumentos, a forma de destruir as instituições, destruir os partidos à conta de umas visões mais liberais, radicais, populistas e que, normalmente, arrastam algumas massas e isso contraria tudo o que deve ser a essência da democracia. Sempre assente, como disse, na dialética que é a procura do consenso, a procura do equilíbrio, a procura das melhores opções, a procura da razão, e acima de tudo, a procura daquilo que melhor sirva o sentido de interesse público das nossas comunidades. Essa deve ser a essência, na minha ótica, do exercício do cargo político. Muito obrigado senhor presidente."

De seguida foi colocado à votação o voto de pesar, que foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Colocado à votação o voto de louvor, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Alfredo Cabral, Abílio Santos, Ana Miroto, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Adérito Ribeiro, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Seguidamente, o senhor presidente da Assembleia interveio:

"Vocês conhecem-me, eu não tenho por hábito fazer qualquer tipo de intervenção, aliás, fugi disso, tenho tido sempre a preocupação de me cingir na coordenação dos trabalhos mas, e, até porque este voto de louvor também me atinge, seria ingrato não ter aqui alguma referência, o que pretendo fazer.

Dignificar a Assembleia Municipal e pô-la ao serviço do concelho, tem sido sempre o meu objetivo. Penso que, nestes dois mandatos, têm vindo a ser cumprida esta situação, mas é evidente que, se há algum mérito, esse mérito tem sido da postura democrática dos deputados que, de outro modo, seria impossível.

É evidente que ao longo destes dois mandatos foram-se estabelecendo sentimentos de cordialidade, para além do que institucionalmente é obrigatório. E, portanto, sinto que devo aqui expressar a minha gratidão e começo pela mesa, estes dois senhores fizeram o favor de me aturar, e com a competência que todos reconhecem, foram cumprindo aquilo que o regimento impõe.

Relativamente ao senhor presidente da câmara e, para lá daquilo que é obrigatório e institucional, mantivemos sempre uma cordialidade e uma simpatia que registo, não ignoro e que agradeço.

Esse sentimento também, de algum modo se estende às senhoras vereadoras, aos senhores vereadores, com quem tive oportunidade de trabalhar. E aqui, faço uma referência especial ao José Carlos Coimbra, quis o destino que nos conhecêssemos em 1994, no início das nossas vidas autárquicas, ele como presidente da junta de Vilar de Besteiros, e eu como vereador da Câmara Municipal. É evidente que, para além da política, fomos construindo uma empatia e uma amizade, que inesperadamente foi interrompida. É evidente que estes dois aprendizes em 1994, por motivos que são o que

são, uma amizade que foi consolidada, com episódios às vezes desconcertantes, mas sempre alegres, sempre alegres. Vou alimentando a memória do José Carlos.

E, agora resta-me fazer um agradecimento aos funcionários da Câmara, a eficácia e prontidão que tem sido a postura que me tem sido dispensada. Mas, deles todos, eu tenho de fazer uma referencia especial à Isabel, pelo auxilio que sempre prestou, na competência que sempre utilizou, na permanente atenção de todos os assuntos e que, se porventura as assembleias não tiveram problemas de maior é evidente que ela se deve, e, portanto quero-lhe agradecer essa participação que fez o favor de me dispensar ao longo destes dois mandatos.

E pronto, é só isso que quero referir. Evidente que na vida há sempre um momento para chegar, e há sempre horas para partir. A vida é mesmo isso. Eu decidi interromper esta minha atividade por vontade própria, e, portanto, espero que os novos autarcas tenham os maiores sucessos possíveis, porque se isso suceder, é evidente que o concelho continuará na vanguarda, e, relativamente aquilo que nós desejamos que ele continuará no bom caminho. É isso que eu desejo, e, a todos vocês um abraço e até sempre."

O membro Belmiro Gomes tomou da palavra:

"Muito bom dia a todos, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados da Assembleia.

Eu guardei exatamente para este ponto a minha intervenção, porque, estou aqui na qualidade de mero cidadão, embora, representando a minha freguesia ao longo de todos os mandatos que fiz parte, como presidente da junta de freguesia, ao ter participado nesta Assembleia, bem como, mais um mandato como secretário da junta de freguesia, outro mandato como tesoureiro, portanto, uma vida autárquica longa que foi servindo para eu ganhar muita experiencia, mas, sobretudo amizades várias ao longo de todos estes anos.

Quero agradecer, não só a todo o pessoal, que ao longo destes anos, lidou comigo, a compreensão que tiveram para com a minha pessoa e dizer-vos que na verdade vale a pena fazer parte desta vida e integrar, na nossa própria vida, também esta particularidade de ter sido autarca. É salutar, é muito bom quando há compreensão, e não havendo segundas intenções, a ocupação deste cargo. Não quero deixar também de referir tudo aquilo que foram os meus contactos com o pessoal da Câmara, todos os trabalhadores da Câmara, abrangendo todos os setores, fui tratado de uma forma

exemplar para mim, pois também procurei retribuir essa amabilidade de todos eles ao longo deste tempo. Muito obrigado e termino, desejando para todos os presentes, para todos aqueles que estão via online, as maiores felicidades em termos de saúde, em termos pessoais e, depois, na verdade para quem vai continuar, as maiores felicidades e que tenham sempre o apego ao desenvolvimento das nossas freguesias e do nosso concelho. É o desejo que eu aqui quero manifestar e muito obrigado, uma vez mais a todos."

O membro Arménio Leite Marques interveio:

"Mais uma vez, desculpem lá, é hoje o último ato político em que eu estou presente. O último, se calhár!! Pode ser que daqui por quatro anos seja necessário candidatar-me a presidente da câmara.

Queria dizer aos senhores deputados da assembleia municipal da minha terra o seguinte; cada vez me sinto mais orgulhoso daquilo que fiz nestes 45 anos. Ontem foi homenageado um homem que me levou à China, a Macau e Hong Kong. Em 1977 fui convidado pelo Dr. Mário Soares, Primeiro Ministro, no período em que ele foi primeiro ministro, fui convidado a percorrer o mundo sem eu saber como e porquê. Fui a Las Vegas, despesas pagas pelo Estado Português representar o meu país. A nível mundial eram três mil congressistas, no hotel MGM, o maior hotel do momento quando o visitei, tinha já setenta e tal hotéis. Depois, mais tarde, fui convidado pelo governo, ainda socialista, para ir a Itália. Depois fiz um congresso em Madrid, representando Portugal. Depois fui a Marrocos, representar Portugal com a bandeira lá encostada, não sei porquê! Depois, na origem disto, temos três homens, pelo menos, três homens de Tondela que sem eu pedir nada a ninguém, me puseram na câmara municipal, Dr. José Francisco Lopes, Dr. Adriano Figueiredo, médico, e outro senhor, que já não me recordo agora o nome, e ainda também, o Dr. Flávio de Matos e o Sr. Matos Silva que era ajudante de notário. Ao longo destes 45 anos sempre me pautei com a mesma cara que tenho hoje, igual, o mesmo senso. Conheci muita gente de quem fiz muitos amigos. Posso até aqui, enumerar dois amigos que eu tinha no Mosteiro de Fráguas, parece que nunca disse isto a ninguém, o pai dos dois Ruis de Mosteiro de Fraguas, nomeadamente o do Dr. Rui, eramos amigos. Eles não vinham a Tondela que não fossemos tomar café ao Ferrador. Toda a vida me dei bem com toda a gente. Na câmara municipal, nem sempre estive de acordo, eu nunca pedi a ninguém para me levarem para a câmara municipal, eu nunca me candidatei, eu próprio, para ir para a câmara municipal, era candidatado, às vezes na última noite. O último ato de que me lembro bem, era um

político de Tondela, que ainda hoje é vivo, mais um tal professor Valente, às 00.30h a baterem-me na porta que não tinham outro nome para colocar na lista. Na minha vida autárquica, eu nunca pedi a ninguém e testemunha disso, pode ser agora vivamente o senhor presidente da câmara. Há dois mandatos eu não lhe pedi para aqui estar, ou pedi? Nunca pedi a ninguém para ir para a câmara municipal. Fui nomeado para cargos sem me perguntarem se eu estava disposto ou não. Portanto, cada vez me sinto mais orgulhoso. Trabalhei na câmara municipal com diversos presidentes, para os novos vindouros políticos, tomem atenção, há sempre pequenas divergências, porque nós todos, não temos o mesmo sentido das coisas.

Agora, para os novos, eu vou vos dizer, os sinais mais amargos que eu passei na autarquia foram precisamente com os presidentes de câmara, porquê, porque eles tinham uma maneira de estar e eu tinha outra, mesmo algum que me lá colocou, às vezes, tinha que dobrar porque eu não aceitava. Eu, ainda vou pensar se hei de fazer uma novela, já me têm pedido isso, ou se um dia, vou convidar os presidentes ainda vivos para um palco em frente do Palácio da Justiça, para debatermos os problemas da cidade de Tondela. Eu, como autarca, com a minha equipa, isto é, com os meus colegas, tudo pessoas de bom humor. Eu tinha o Eurico do Vinhal, do PS, não desfazendo espetacular pessoa, eu tinha o professor, diretor do externato do Campo de Besteiros o Fonseca, que era de outra lista, espetacular pessoa, o senhor António Almiro, fantástico, o senhor presidente de Vilar de Besteiros, senhor Gonçalves como colega de vereador. Eu tive o Dr Almiro como colega vereador, que tivemos coisa terríveis. Engraçado, há coisas que se passaram em Tondela que ninguém sabe, ninguém tem conhecimento. Porque há muita gente que diz que sabe, mas, conhecimento não tem nenhum, zero. Passaram-se coisas em Tondela que ninguém adivinhava, isto para vos dizer que a Escola Secundária de Tondela, passou à frente das obras do Campo de Besteiros, por força de dois colegas meus da concelhia. Eles faziam parte da concelhia, mas eu não fazia, eu era vereador e eles eram da concelhia, posso dizer, o senhor Abílio e o senhor desenhador sem curso da câmara municipal. Porquê? Porque "assaltamos" o senhor professor Mota Pinto em Viseu, numa deslocação que ele fez do Porto a Viseu, e recebeu-nos ao fundo da escada antes da comissão política distrital o ver e disse-me assim;" fique descansado que eu vou-lhe fazer a vontade". Nesse dia, havia uma prova de perícia automóvel no Campo de Besteiros, os outros estavam lá a ver a perícia, mas eu cortei-lhe as voltas, e ganhei eu.

O problema do IP3 foi resolvido na minha cozinha. Andavam engalfinhados os partidos, mas como eu era independente, não tinha nada a ver com os partidos. Numa reunião, ali no Colégio Santa Maria, os partidos, os representantes políticos ficaram lá com um Secretário de Estado, e o Ministro chamou-me, agarrou-me no braço, "vamos ali a tua casa beber um copo para tratarmos do assunto" e foi lá, na minha cozinha que se tratou do assunto do IP3. Porque, o IP3 era para passar ao fundo do quintal do Dr. José Lopes e foi lá na minha cozinha que se deliberou passar por ali, porque eu queria levar entre o Carvalhal e a Ermida, sair à casa dos cantoneiros, mas não consegui porque era muito caro e havia a hipótese de Parada / Reta dos Cantoneiros, mas havia uma ponte em cima da fabrica do papel e o governo não tinha dinheiro para isso. O IP3 daquele tempo foi pago com marcos, dados a fundo perdido pela Alemanha. Ninguém sabe nada disto, mas o Armínio Leite Marques tem orgulho em dizer o seguinte; herdou Tondela com 8km de alcatrão, quando deixou de ser vereador de obras, mesmo nas presidências de que eu não pedi a ninguém para ser vereador de obras, ficaram 800km de alcatrão."

Entretanto, o senhor Presidente da Mesa disse ao membro Arménio Marques que tinha de concluir a sua intervenção.

O membro Arménio Marques continuou:

"Tondela sede de concelho, tem quase o dobro das ruas que tinha quando eu fui autarca, elas não existiam, existiam era silvas, videiras deixadas a monte e muros. Com as juntas de freguesia de Tondela, senhores deputados e, presidentes de juntas, as ruas de Tondela foram abertas pela junta de freguesia, com as minhas máquinas particulares, porque a camara não tinha máquinas, nem tinha transportes, tinha um Jipe para eu ir ver as obras, azul, Toyota, e uma carrinha Bedford amarela, não tinha nenhuma máquina quando eu entrei para a câmara. Mas, depois recebeu máquinas. O muro que deu origem a estar aqui este edifício, dali da ACERT até ao colégio Tomás Ribeiro foi uma máquina nova que, com a minha orientação a câmara adquiriu, a primeira máquina Ford amarela, nem havia máquinas em Portugal naquele tempo."

O senhor presidente da mesa voltou a alertar o membro Arménio que tinha de terminar a sua intervenção, visto ter ultrapassado o seu tempo regimentar.

O membro Arménio respondeu:

"Senhor Presidente estou-me a despedir, o senhor também não preside a mais nenhuma, nem eu falo mais vez nenhuma, espere lá mais um bocadinho se faz favor, porque os novos precisam de saber isto.

As questiúnculas que houve na câmara, a certa altura com o presidente da câmara, não era comigo, era por causa de mim, mas eu não tinha conhecimento. Eu fui sempre, sempre, desde que fui vereador da câmara de obras, avaliado e condecorado pelas fiscalizações que cá vinham. O presidente não era, não sei, o problema era deles. Eu exerci presidente, sem ser presidente, eu nunca me candidatei a presidente, candidataram-me uma vez, mas não fiz nenhuma campanha.

Senhores deputados, vereadores novos que hão de vir, ponham sempre Tondela à frente, vão ver que quem fizer bem recebe, quem fizer mal é perseguido, pode não ser no tribunal, mas há outro juiz muito maior que o tribunal que é o de lá de cima, esse não perdoa e, eu vejo nas minhas coisas ,que quem me faz mal está pior que eu. Eu vi um Procurador Geral da República condenar um Ministro, e agora, o mesmo Procurador Geral da República que pede para deixar o Ministro em paz, que não fez nada. Eu vejo determinadas coisas que não esperava ver com a idade que tenho, mas Deus nosso senhor ainda me vai dar tempo para eu, por bem, continuar a fazer bem e merecer ver aquilo que aqueles sábios, que sabem tudo e mais alguma coisa, mas nunca fizeram nada, hão-de fazer nesta terra, eu hei de ter tempo de ver isso."

O senhor presidente da mesa voltou a chamar à atenção do membro Arménio para terminar a sua intervenção.

O membro Arménio continuou:

"Para não me alongar mais, eu não posso falar mais, porque sou proibido de falar porque há bocado falei aqui num nome, mas a ética não vigora em todo o lado, porque eu não estava a falar para ninguém que estava nesta sala, e aqueles nomes que eu chamei mantenho, mantenho porque há um cidadão que me levou a tribunal, e o tribunal perguntou-lhe; "algum dia o Sr. Arménio o convidou para ir beber uns copos ali ao quintal dele?", A resposta "não", o que é que o senhor para lá foi fazer, pronto, assunto arrumado. Eu paguei o imposto de justiça. O cidadão, bem aconselhado, bem ao contrário, não é! Recorre para Coimbra, ano e meio depois o meu advogado telefonou-me, senhor Arménio, venha cá que tem aqui um almoço e um jantar. Recorreu para Coimbra, mas depois em Coimbra foi condenado a pagar-me aquilo que eu tinha gasto. Então, eu recebi o dinheiro que tinha gasto nos impostos e não sei quê mais. Ora bem, esses três da vida airada, continuo a chamar, vida airada, todos me devem. Um, aconselhei-o a um organismo, para mal dos meus pecados, foi expulso desse organismo, que não tem condições por não ter condições humanistas para estar à frente, outros, foram pedidos inquéritos e eu não vim para a câmara municipal para fazer inquéritos a

ninguém, nem para castigar ninguém, eu não nasci para castigar ninguém, e agora sou castigado por estar à frente de uma coisa que todos nós, todos nós fizemos, Bombeiros Voluntários. Eu tenho um vingador atrás de mim que só descobri mais tarde, e atrás desse vingador, vão os historiadores, os gajos da história, sabem tudo e mais alguma coisa, não sabem é nada.

Às pessoas que me aturaram, nomeadamente, a todos os deputados da assembleia municipal, quer do partido Socialista, Dr. Rui Santos, se alguma vez eu disse alguma coisa em mal, que não me lembro, nunca fiz mal a ninguém, portanto, eu peço a todos os deputados esta assembleia, que nem sempre a gente se sai bem. Por exemplo, eu, em outras condições, era capaz de não chamar aqueles três rapazes, são os que mandam, esses é que mandam.

Adeus, obrigado, desculpem, à câmara municipal, à assembleia municipal, as minhas desculpas daquilo que eu possa ter feito ou dito mal. Muito obrigado."

3-Período aberto ao Público

Tomou da palavra o senhor Paulo Dinis, residente em São João do Monte:

"Muito bom dia senhor presidente de mesa, restantes membros da mesa, senhor presidente de câmara, restantes presentes, online e aqui na sala.

Na última Assembleia que estive aqui, cortaram-me a palavra aos cinco minutos, sim senhor, está no regulamento, os primeiros 30 minutos para todo o publico, cada orador 5 minutos, ponto número três, pode ser concedido mais tempo ao público mediante consenso da assembleia ou concessão da mesa. Concedem-me mais tempo?"

O senhor presidente da mesa respondeu:

"Para já temos de cumprir o regimento, se houver necessidade disso temos de por à consideração."

O senhor Paulo Dinis continuou:

"O senhor presidente de câmara fez aqui resposta ao meu pedido da última assembleia, invocou nas suas primeiras palavras a minha condição política, que não é para aqui chamada, aproveito já para dizer que vão ter de me aturar, na liderança como na oposição, habituem-se a mim que eu estou a habituar-me a vocês.

O senhor presidente da câmara não deve ter sido apanhado desprevenido com a reportagem, enviei-lhe um email. O email que enviei ao senhor presidente da assembleia enviei também para si, em que é explicito lá no email que os serviços de velutina estão a

ser atrasados, inclusivamente, todos os ninhos estão em atraso, inclusive os da senhora do Castelo, na casa da senhora. Por isso, a reportagem não deve ter sido muito surpresa.

Como apicultor, vivo a tempo inteiro pela apicultura. O serviço que vocês estão a apresentar na destruição dos ninhos da vespa volutina não serve, nem aos apicultores, nem à população. À população não, porque é de referir que a vespa asiática está considerada um problema de saúde pública, não podemos ter atrasos de 15 dias na eliminação de um ninho em habitações., identificados. Isto não serve ninguém. A empresa desculpa-se que a senhora não atende o telefone! É uma casa, aquilo não está no meio do monte. Chegam à povoação, a senhora Cipriana onde é que mora, qualquer pessoa lhe indica, vão lá e eliminam, não há desculpas para isso.

Em relação aos restantes ninhos, que estão atrasados no monte, 30 dias, 40 dias não serve para vocês, se a empresa não tem capacidade de o fazer, que aumentem a capacidade de resposta, tem de haver um prazo para isso.

Enviei email à Engª Maria João, a perguntar quais os prazos de eliminação dos ninhos após a sua identificação à câmara, e quais os prazos de remoção. Vocês têm um caderno de encargos, que foi feito no contrato. A Eng.ª Maria João não me respondeu ao email, já foi enviado no dia 12/8, ainda não tive respostas, ou não sabe, ou se não sabe delega em quem saiba. O problema é que eu penso que isso não está no caderno de encargos, isso é que é grave, ou seja, a empresa não tem nada que lhe indique que tem X dias para eliminar isto ou aquilo, ficamos dependentes da disponibilidade da empresa, e isso não serve.

No caderno de encargos, vocês têm aqui no ponto número nove, "Obrigações dos prestadores de serviços", que diz: "a eliminação e remoção dos ninhos é da responsabilidade da empresa", portanto, eliminação e remoção, vocês também consideram a remoção, por isso também tem de ser removidos.

Em termos de prazos, não há prazos, e isso não serve. Todos os concelhos que estão a trabalhar nestas situações, com empresas destas, colocam um prazo médio de 48h para a eliminação dos ninhos, e isso esta nos contratos que eu assino com as empresas, aqui em Tondela devem rever este ponto.

Depois, como é que vocês não têm neste caderno de encargos prazos, quando, no ponto do nº 15 do art.º 15; "penalidades contratuais e resolução." Vocês têm, "pelo atraso do cumprimento de tarefas 1% por cada dia de atraso", mas vocês não tem prazos estabelecidos, como é que vocês vão aplicar esta regra.

A minha situação, conforme o senhor presidente disse, não tem nada a ver com a política, é apícola e é isso que eu estou cá para resolver, em nome dos apicultores do Caramulo.

Tinha outros pontos, fica para outra altura."

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas onze 'horas e vinte minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por:

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

Anexo I

Exmo Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Esta Assembleia marca o ciclo autárquico do presente mandato

É, pois, hora de balanço, ao mesmo tempo que se espelha o corolário de diferentes atividades que se concretizaram neste período que mediou entre a Assembleia de junho e a presente data.

A primeira nota é de agradecimento.

A todos os membros que, nas diferentes sessões, contribuíram para um debate plural, centrado no supremo interesse do nosso concelho, respeitando as ideias diferentes e as opções inerentes aos programas eleitorais sufragados.

Ao mesmo tempo, de reconhecimento pelo papel moderador e conciliador do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa.

Denotando grande sentido de equilíbrio e respeito na condução dos trabalhos, que não deixará de servir de referencial a todos os que venham a exercer tal missão.

Conclui-se um dos mandatos mais difíceis da história da democracia.

Carregado de tragédias – como o grande incendio de outro de 2017, do acidente na Associação Humanitária Cultural e Recreativa de Vila Nova da Rainha, a que se seguiu uma pandemia sem memória.

Muitas das prioridades e projetos que haviam sido idealizados há 4 anos tiveram de ser secundarizadas, ou mesmo adiadas.

Se a urgência impunha uma nova ordem de prioridades, jamais podíamos ser insensíveis e não ajustar o rumo a essa nova realidade.

Fomos a voz de quem precisava de exprimir a dor, mas igualmente o alento e conforto de quem precisava de ganhar esperança.

Soubemos construir parcerias, fortificar alianças e ganhar os recursos para se empreender o retorno a normalidade possível.

Hoje, não temos dúvida da certeza do rumo e da ação desenvolvidos.

2.

Neste período, não deixámos de investir na proximidade de obras e projetos em parceria com as nossas Juntas e Uniões de freguesia.

No domínio de pavimentações, seja de arruamentos ou de vias estruturais, encontram-se adjudicadas obras em todas as freguesias.

A generalidade objeto de concursos públicos.

O momento que se vive evidencia uma grande dificuldade na capacidade destas empresas terem mão de obra disponível, o que arrasta dificuldades acrescidas no cumprimento de prazos.

Obras adjudicadas há vários meses (como é o caso de pavimentações na freguesia de Santiago de Besteiros e Nandufe), só agora estão em curso.

Decorre igualmente a obra de pavimentação em arruamentos do perímetro urbano do Caramulo, a que se seguirá a reabilitação de passeios, na zona dos museus e a praça central do Largo dos Castanheiros.

Em São João do Monte, estão a iniciar-se a execução de passeios num troço da ER 230, na vila, mediante parecer prévio das Infraestruturas de Portugal. De igual forma nesta União de Freguesias de SJM e Mosteirinho, também estão adjudicadas pavimentações em diferentes aglomerados populacionais.

Está a decorrer o alargamento da plataforma da estrada de ligação Fráguas - Sabugosa, a que se seguirá a respetiva pavimentação, além de outros trabalhos de pavimentação em Sabugosa e em São Miguel do Outeiro.

Em Lajeosa do Dão e Parada de Gonta, também estão adjudicados e a iniciarem trabalhos de pavimentação e de reabilitação de vias.

Em Mouraz e Vila da Rainha, bem como em Dardavaz e Molelos, numa única empreitada, estão previstas e adjudicadas diferentes pavimentações, sendo de destacar nesta última freguesia, pavimentações no acesso a Raposeiras, na pavimentação da Mata – Molelinhos e na reabilitação do

principal eixo viário do Botulho. Ainda se destaca a reabilitação da ligação Ribeira – Molelos, cujos trabalhos serão iniciados nos próximos dias.

Ainda dentro das obras previstas em Mouraz e Vila Nova da Rainha, destaca-se o loteamento do Alambique vindo a ser executados passeios na urbanização, que se desenvolveu ao longo das últimas décadas.

Em Vilar de Besteiros, Campo de Besteiros e Castelões (loteamento da Ladeira), também estão adjudicadas diferentes intervenções de pavimentação, estando também contratualizados idênticos trabalhos na Freguesia de Canas de Santa Maria, Lobão da Beira, bem como na área envolvente da urbanização da Quinta da Ínsua (Tondela) e em Caparrosinha.

3.

Na área do ambiente, destacam-se trabalhos de conclusão da grande empreitada da rede de água e saneamento ao Caramulo, estando a indicar-se os furos de captação de água que irão abastecer o sistema de distribuição.

Está em processo de adjudicação o saneamento a rua da Albogada, em Molelos, fechando a rede deste bairro.

Também esta em fase de concussão projeto do Sistema Norte de Tondela, cujo montante previsto de investimento se aproxima de 4 milhões de euros, e que servirá as freguesias de Parada de Gonta, Sabugosa, Canas de Santa Maria e Lobão da Beira, vindo a convergir para um novo sistema com escala apoiado na duplicação da unidade de tratamento de Tondela.

Como também é sabido, está concluído o projeto da requalificação da ETAR Sul de Tondela/Molelos que incluirá um sistema elevatório que servirá a povoação da Ermida, próximo de 1,5 milhões de euros a enquadrar em sistema de financiamento da AINTAR.

Entrou em funcionamento o sistema de abastecimento de água a povoação de Várzea do Homem, bem como o sistema de tratamento de Carvalhal e Mouraz, agora conduzido para a ETAR do Couço.

Também esta em curso a construção da nova ETAR do sistema da ZIM do Lajedo.

No domínio da rede viária, estão a decorrer os estudos geológicos, quer com sondagens, quer com poços de prospeção, visando a conclusão da nova ligação à ZIM do Lajedo. Tal investimento terá um custo previsível superior a 7 Milhões de euros, indicando-se de seguida a fase de aquisição/expropriação de terrenos.

4.

Na área da educação estão em fase de conclusão os trabalhos de substituição das coberturas de amianto nas escolas EB1,2 de Tondela, EB1,2,3 de Lajeosa do Dão e na EB1,2,3 de Campo de Besteiros, obras que tiveram algum atraso, inerente à dificuldade do adjudicatário no fornecimento de painel de cobertura, consequente à escassez de material desta área.

Também se concluem os trabalhos de beneficiação do Jardim de Infância de Tondela/EB0, e demais intervenções no sistema de valorização energético. Também na Escola Secundária de Tondela, estão em conclusão os trabalhos de reabilitação integral dos pavilhões, seguindo-se a pavimentação envolvente aos espaços de recreio. Esta obra representa um investimento superior a 2 milhões de euros, sendo um quarto deste valor comparticipação do Município.

Nos Jardins de Infância de Tonda, Molelos e Santiago de Besteiros, também estão a serem ultimados os trabalhos das novas salas de prolongamento de atividades, criando espaços funcionais adaptados e modernos.

5. No domínio social, foi protocolado com a IPSS da Associação Cultural, Desportiva e Social do Vinhal, em articulação com a Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão, um apoio expressivo de 1 Milhão 180 mil euros, a distribuir pelos próximos anos, visando cofinanciar a construção da 1ª fase das instalações de SAD, Centro de Dia e Lar, obra de importância crucial para esta freguesia.

Destaca-se também um conjunto de protocolos de apoio celebrado com IPSS do concelho com o intuito de ajudar a suportar o deficit de financiamento inerente a não atualização dos acordos de valência da componente de SAD - Serviço de Apoio ao Domicílio. Na verdade, a não atualização destes contratos de financiamento deixa as intuições de solidariedade numa situação de desequilíbrio financeiro.

A par desta situação, espera-se que as diferentes candidaturas ao Programa PARES 3.0 sejam aprovadas, visando a consolidação das diferentes obras a que estas entidades se candidataram junto do Governo/Segurança Social.

Por fim, e no domino social, não deixo de colocar na agenda do dia, o processo de delegação de competências, em particular na área social, na saúde e na educação, que se materializará no início do próximo ano, o que impõe uma forte capacitação e estruturação dos serviços do município e da liderança como será acompanhada essa fase.

Tondela, 30 de agosto de 2021

anexo 2

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 27 de agosto de 2021.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2021 e 27-08-2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (65,48%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
	Receitas Correntes	**19 698 920,00**	**12 288 703,84**	**62,38%**	**-3,10%**	**48,69%**
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 459 415,00	2 610 471,23	58,54%	-6,94%	10,34%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	-	-	-	-	-
04	TAXAS,MULTAS,O.PENALIDADES	316 703,00	88 198,67	27,85%	-37,63%	0,35%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 178,00	708 491,49	58,16%	-7,32%	2,81%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 878 653,00	7 974 745,88	67,14%	1,66%	31,60%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 657 947,00	876 312,89	52,86%	-12,62%	3,47%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168 024,00	30 483,78	18,14%	-47,34%	0,12%
	Receitas de Capital	**30 557 447,76**	**12 948 323,76**	**42,37%**	**-23,11%**	**51,31%**
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	849 220,00	560 980,28	66,06%	0,58%	2,22%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21 435 272,04	4 637 334,63	21,63%	-43,85%	18,38%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	516 090,86	0,00	0,00%	-65,48%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	3 164,81	31,64%	-33,84%	0,01%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	7 501,00	7 481,16	99,74%	34,26%	0,03%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 739 362,88	7 739 362,88	100,00%	34,52%	30,67%
	TOTAL GERAL	**50 256 367,78**	**25 237 027,60**	**50,22%**	**-15,26%**	**100,00%**

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 50,22%, apresentando-se com um desvio negativo de 15,26%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam um grau de execução orçamental próximo da execução padrão, destacando-se a rubrica das transferências correntes como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total (31,60%).

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo de aproximadamente 23%, destacando-se aqui o peso das transferências de capital e o saldo de gerência anterior com um peso em relação à receita total de 18,38% e de 30,67% respetivamente.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2021 a 27-08-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (65,48%)	PESO DA EXECUÇÃO DP na DESPESA TOTAL
Despesas Correntes		**20 665 521,77**	**9 163 676,33**	**44,34%**	**-21,14%**	**59,94%**
01	Despesas com Pessoal	6 753 527,62	3 853 118,59	57,05%	-8,43%	25,04%
02	Aquisição de Bens e Serviços	9 139 350,15	2 982 875,77	32,64%	-32,84%	19,38%
03	Juros Outros Encargos	43 900,00	11 136,13	25,37%	-40,11%	0,07%
04	Transferências Correntes	4 527 770,00	2 240 998,66	49,49%	-15,99%	14,56%
06	Outras Despesas Correntes	200 974,00	75 547,18	37,59%	-27,89%	0,49%
Despesas de Capital		**29 590 846,01**	**6 226 986,36**	**21,04%**	**-44,44%**	**40,46%**
07	Aquisição de Bens de Capital	22 832 352,51	4 786 055,58	20,96%	-44,52%	31,10%
08	Transferências de Capital	6 191 640,50	1 332 160,62	21,52%	-43,96%	8,66%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	0,00	0,00%	-65,48%	0,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	108 770,16	21,97%	-43,51%	0,71%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	0,00	0,00%	-65,48%	0,00%
TOTAL		50 256 367,78	15 390 662,69	30,62%	-34,86%	100,00%

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 30,62% sendo, o grau de execução esperado de 65,48%, representando um desvio negativo de 34,86%.

Destaca-se, do total das despesas, a rubrica de Aquisição de bens de capital com um peso de cerca de 31% em relação à despesa total esperada.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2021 a 27-08-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(2)/(1)*100%
Despesas Correntes		**20 665 521,77**	**17 866 443,53**	**86,46%**
01	Despesas com Pessoal	6 753 527,62	6 424 409,15	95,13%
02	Aquisição de Bens e Serviços	9 139 350,15	7 442 938,36	81,44%
03	Juros Outros Encargos	43 900,00	28 130,03	64,08%
04	Transferências Correntes	4 527 770,00	3 838 723,12	84,78%
06	Outras Despesas Correntes	200 974,00	132 242,87	65,80%
Despesas de Capital		**29 590 846,01**	**21 244 166,95**	**71,79%**
07	Aquisição de Bens de Capital	22 832 352,51	16 034 501,17	70,23%
08	Transferências de Capital	6 191 640,50	4 645 205,05	75,02%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	492 612,78	99,52%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	35 660,45	99,99%
TOTAL		**50 256 367,78**	**39 110 610,48**	**77,82%**

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, encontra-se comprometido cerca de 86% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução situa-se na ordem dos 72%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução situa-se nos 77,82%.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 19º e 22º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2021, na reunião do dia 11 de dezembro de 2020, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 23-06-2021 e 27-08-2021.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 23-06-2021 e 27-08-2021					
Descrição sumária do compromisso plurianual	**2022**	**2023**	**2024**	**2024**	**Seguintes**
Serviços Técnicos para o desenvolvimento das valências do balneário Termal das Caldas de Sangemil	43 946,98 €				
Protocolo Colaboração âmbito EIP São João do Monte	40 681,09 €	40 681,09 €	23 730,64 €		
Serviço de limpeza, inspeção vídeo e reabilitação de coletores	45 387,00 €	15 129,00 €			
Aquisição de reagentes para o tratamento físico químico nas Etars	11 626,34 €				
Protocolo apoio 2ª fase obras ampliação e requalificação cemiterio Lageosa	90 000,00 €				
Monitorização dos Média - Clipping de agosto 2021 a julho 2022	2 583,00 €				
Aquisição serviço pagamentos referencia multibanco CGD	3 563,28 €				
Estagiária PEPAL - Divisão Economia e Finanças	5 769,47 €				

4. Conclusão

Estando decorridos 239 dias do ano de 2021, poderemos concluir que o indicador da receita se encontra abaixo do padrão esperado, na ordem dos 50,22%, face ao padrão esperado de 65.48%, apresentado um desvio negativo de 15,26%. O indicador da despesa encontra-se também abaixo do padrão, com um desvio negativo de 34,86%, correspondendo a um total de despesa paga total de 15.390.662,69€.

Observa-se a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 27 de agosto de 2021

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

anexo 3

União de Freguesias de Caparrosa e Silvares

RELATÓRIO

BALANÇO CONTABILISTICO REPORTADO A 30/09/2017

RELATÓRIO DE CONTAS ENCONTRADAS PELO ATUAL EXECUTIVO REPORTADAS A 30/09/2017

Saldo existente a 30/09/2017 (Saldo orçamental + operações de tesouraria) **24,336.65 €**
(As eleições foram realizadas no dia 1/10/2017)
Ata nº20/2017 da Junta de Freguesia
Presidente: Carlos Manuel Martins da Silva

Despesas já realizadas e cabimentadas que não foram pagas

EDIBEST - Muro na curva da Fonte das Chousas em Caparrosinha		9,536.82 €
PERFILNOTÁVEL -	Calçadas nos cemitérios	1,643.00 €
BESMATERIAIS -	Materiais de construção	862.54 €
MUSIFESTA -	Escola de música	442.00 €
BRICANTEL -	Mobiliário Urbano	10,726.84 €
ACREDITAR E FOMENTAR -	Painel Publicitário	830.25 €

TOTAL DAS DESPESAS JÁ ASSUMIDAS E CABIMENTADAS - 24,041.45 €

SALDO EFETIVO APURADO A 30/9/2017 295.20 €

Nas primeiras reuniões de Junta de Freguesia fomos sendo confrontados por fornecedores com outras dívidas realizadas pelo anterior executivo, nomeadamente:

DESPESAS CERTAS E PERMANENTES -	Energia, Internet, telefone, contratos trabalho	1,517.76 €
ARS CENTRO -		2,376.00 €

O anterior executivo continuou a receber durante quase um ano o aluguer das instalações para funcionamento do Posto Médico que tinha sido encerrado. Além de não ter devolvido o valor indevidamente recebido, utilizou esse valor nas despesas que realizou.

MODULA C PROGRAMAS INFORMÁTICOS		1,677.00 €
MODULA C ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1,009.58 €
ARCAPA	Subsídio para atividades	250.00 €
Festa de Caparrosa		150.00 €
MOTOBESTEIROS -	Materiais para limpeza de ruas e caminhos	565.50 €
Casimiro Silva -	Trabalhos de manutenção	190.00 €
Manutenção de viaturas		70.00 €
Abílio Marques de Figueiredo -	Reparações diversas em Caparrosinha	1,988.00 €
Segurança Social -		212.81 €
BESMATERIAIS		50.00 €
COIMA FINANÇAS POR ENTREGA DE DECLARAÇÃO FORA DE PRAZO		376.56 €
RAÚL DA SILVA CORREIA -	Trabalhos diversos em Caparrosinha	821.40 €
CONSTRUTOR JOSÉ FERREIRA -	Obras na sede da Junta em Silvares	2,500.00 €
ARMÉNIO PEREIRA DE SOUSA		96.80 €
EDIBEST - WC Carvalhal da Mulher		150.00 €
Sr. Jorge Serralheiro - Paranho de Besteiros		556.69 €

TOTAL DAS DESPESAS SEM SALDO PARA SEREM PAGAS 14,558.10 €

De acordo com a Lei e a contabilidade pública, estas despesas foram realizadas de forma ilegal por insuficiência de saldo e não ter havido o prévio e correto tratamento contabilístico.

O executivo anterior estava obrigado a apresentar um relatório de gestão que nunca nos apresentou!

ANEXO: Ata de contas intercalares e comprovativo de pedidos de liquidação de faturas por pagar.

Ata nº 20/2017 **11 de outubro**

----Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezassete, na sede da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares, sita Estrada Nacional 228, número 2000, compareceram, Carlos Manuel Martins da Silva, Maria Clara Ferreira de Figueiredo Natal e Artur Duarte da Silva Correia, respectivamente Presidente, Secretária e Tesoureiro desta Freguesia. ----------

-----Aberta a sessão informou-se e deliberou-se o seguinte: ----------

-----Que neste mesmo dia, se efectuou o atendimento em Caparrosa, com a presença dos três elementos desta Junta de Freguesia, no edifício Junta de Freguesia de Caparrosa e Silvares; no dia quatro de outubro efetuou-se o atendimento em Silvares, não tendo comparecido nenhum freguês, quer num atendimento, quer no outro.----------

-----Apreciação e votação das contas de intercalares da gerência de 1 de janeiro a 30 de setembro do ano 2017; E apreciação do inventário de bens até à data de 30 de setembro de 2017.----------

-----O Senhor Presidente informou, que se encontravam já elaborados os seguintes documentos:----------

-----Contas intercalares da gerência de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2017, incluindo fluxos de caixa, controlo orçamental da receita e da despesa, execução do PPI, relação nominal dos responsáveis, operações de tesouraria, caraterização da entidade, relatório de gestão e inventário dos bens móveis e imóveis até à data de 30 de setembro de 2017; Após algumas explicações dadas pelo senhor Presidente, nomeadamente que termina-se este mandato com um saldo (execução orçamental) para a gerência seguinte no valor de 24.297,18 € e de operações de tesouraria no valor de 39,47 €. ----------

-----Todos os documentos foram submetidos à votação sendo aprovados por unanimidade e serão posteriormente enviados à Assembleia de Freguesia para discussão e votação.----------

-----Nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada pelo Sr. Presidente, da qual se lavrou esta ata, e eu, Maria Clara Ferreira de Figueiredo Natal, na qualidade de secretária a subscrevi.----------

O Presidente; Carlos Manuel Martins da Silva

A Secretária; Maria Clara F. Figueiredo Natal

O Tesoureiro; Artur Duarte da Silva Correia

FW: "Incumprimento no pagamento da [illegible]da das Instalações de Saude de Silvares - Fundão"

Maria Lurdes Vieira Simao <MLSimao@arscentro.min-saude.pt>

qua, 27/09/2017 12:13

Para: ufcaparrosaesilvares@outlook.pt <ufcaparrosaesilvares@outlook.pt>
Cc: Isabel Maria Macedo Cardoso Baptista <IMBaptista@arscentro.min-saude.pt>; Conceicao Ferreira Gomes <CFGomes@arscentro.min-saude.pt>; Luis Filipe Toscano Campos Lopes Belo <LFBelo@arscentro.min-saude.pt>

20170927121834293.pdf

Exmo Sr. Dr. Carlos Manuel M. Silva
Presidente da Junta de Freguesia de Caparrosa e Silvares

Bom dia

Da análise às contas correntes dos nossos fornecedores, apurou-se que esta ARSC, IP tem vindo a efetuar pagamentos indevidos a essa entidade no valor de €216,00/mês, desde Novembro/2016 a Setembro/2017 (inclusive), ou seja 11 meses, o que perfaz o valor total de € 2.376,00, conforme ofício enviado em tempo oportuno via CTT.

Face ao exposto, estando a decorrer o processo mensal de encerramento das contas, é de todo conveniente que essa entidade reponha a importância em apreço, o quanto antes.

Por conseguinte, solicita-se que seja transferida para a conta da ARSC, IP - IBAN: PT50 0781 0112 0000 0001361 62, conforme comprovativo anexo - a importância de €2.376,00 a título de reembolso.

Importa referir que existia um acordo celebrado entre a extinta freguesia de Caparrosa e a ARSC, IP, no valor de €49,88/mês para comparticipação nas despesas com água, luz e telefone, acordo este extinto desde o mês Junho/2015 (inclusive).

Com os melhores cumprimentos

Maria de Lurdes Vieira Simão
Diretora de Departamento de Gestão e Administração Geral
ARSC | Administração Regional de Saúde do Centro, IP
Tel. : 239 792 150
Fax : 239 792 159

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS

PENSE ANTES DE IMPRIMIR

Re: "Incumprimento no pagamento da renda das Instalações de Saúde de Silvares - Fundão"

Freguesias Caparrosa e Silvares União<ufcaparrosaesilvares@outlook.pt>

qua, 08/11/2017 22:11

Para: Maria Lurdes Vieira Simao <MLSimao@arscentro.min-saude.pt>

Ex.ma Srª Maria de Lurdes Vieira Simão

Em resposta ao email datado de 27/9/2017, informo que o orçamento da Junta de Freguesia não possui a classificação orçamental adequada para restituir o valor de 2376,00€. Assim, tendo iniciado este novo executivo da Junta de Freguesia as funções em 18/10/17, é necessário proceder a uma revisão orçamental para incluir esse valor.
Não havendo tempo útil para proceder a tal elaboração, só através do novo orçamento que há-de vigorar para o ano de 2018 é possível criar a rubrica adequada para proceder ao pagamento identificado (devolução), pelo que, em princípio, no mês de janeiro iremos proceder à devolução.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia
Mário Barreira Simões

Abílio Marques de Figueiredo

Rua Fonte das Choussas nº21

3465-102 Caparrosinha

Ex.mo Sr

Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares

Estrada Nacional 228, nº2000

3465-101 Caparrosa

Não tendo até ao momento sido liquidado/a o valor dos trabalhos realizados e relativos ao período do mandato do executivo anterior, esperamos ansiosamente que nos sejam enviadas requisições ou outra forma de compromisso, uma vez que necessitamos de proceder à faturação.

Caparrosinha, 19 de março de 2018

Abílio Marques de Figueiredo

Raul da Silva Correia

NIF 174738668

Ex.mo Sr

Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares

Estrada Nacional 228, nº2000

3465-101 Caparrosa

Não tendo até ao momento sido liquidado/a o valor dos trabalhos realizados e relativos ao período do mandato do executivo anterior, esperamos ansiosamente que nos sejam enviadas requisições ou outra forma de compromisso, uma vez que necessitamos de proceder à faturação.

Caparrosinha, 20 de setembro de 2018

Raul da Silva Correia

Manuel Cândido Figueira

Comércio, manutenção e reparação de motociclos

Avª Dr Afonso Costa, 1311

3465-051 Campo de Besteiros

Ex.mo Sr

Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares

Estrada Nacional 228, nº2000

3465-101 Caparrosa

Assunto: Pagamento em falta.

Não tendo até ao momento sido liquidado o valor dos materiais fornecidos e trabalhos realizados e relativos ao período do mandato do executivo anterior entre 1/1/2017 a 30/9/2017, esperamos ansiosamente que nos sejam enviadas requisições ou outra forma de compromisso, uma vez que necessitamos de proceder à faturação.

Campo de Besteiros, 23 de fevereiro de 2018

Manuel Cândido Figueira

MOTOBESTEIROS
MANUEL CÂNDIDO FIGUEIRA
Comércio e Reparação de Motociclos
Contribuinte N.º 117 496 430
TEL. 232 851 893
Avenida Dr. Afonso Costa
3465-051 CAMPO DE BESTEIROS